Sábado, 22 de novembro de 2025 I Série — Número 31

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 59 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.os 44 e 45/XVII/1.ª.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 17.º e 25.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Segurança Social (Susana Filipa Lima), os Deputados Paulo Muacho (L), Miguel Matos (PS), António Rodrigues (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Carla Barros (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Isaura Morais (PSD), Mariana Mortágua (BE), Alfredo Maia (PCP), Paulo Núncio (CDS-PP), Mário Amorim Lopes (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Pedro dos Santos Frazão, Felicidade Vital e João Ribeiro (CH), Marina Gonçalves (PS), Pedro Pinto (CH), Hugo Soares (PSD) e Angélique Da Teresa (IL).

Foram aprovados os Projetos de Deliberação n.os 17/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 45/XVII/1.ª (GOV), 18/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 34/XVII/1.ª (GOV) e 20/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 41/XVII/1.ª (GOV).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026 (artigos 63.º a 112.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado da Proteção Civil (Rui Rocha) e do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (Silvério Regalado), os Deputados Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gonçalves (L), Ana Oliveira (PSD), Rodrigo Saraiva (IL), Luís Graça (PS), Gonçalo Valente (PSD), Paulo Núncio (CDS-PP), Filipe Sousa (JPP), Rui Rocha Pereira (PSD), Pedro Pinto e Lina Pinheiro (CH), Mariana Mortágua (BE), José Cesário (PSD), Carlos Pereira (PS), Adriana Rodrigues (PSD), Carlos Barbosa e Marta Martins da Silva (CH), Célia Freire e Sofia Machado Fernandes (PSD), Carlos Guimarães Pinto (IL), Paulo Seco (CH), Bruno Nunes (CH), Jorge Botelho (PS), Paulo Moniz (PSD), Emanuel Câmara (PS), Pedro Coelho (PSD), Francisco César (PS), Rui Tavares (L), Hugo Carneiro (PSD), Mariana Mortágua (BE) e Joana Lima (PS).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 13 horas e 7 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sr.as e Srs. Deputados.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as galerias ao público que deseje assistir aos nossos trabalhos.

Pausa.

Estou a fazer um compasso de espera porque aguardo a documentação para podermos dar início à sessão.

No que diz respeito ao ponto 1 da ordem do dia, o tempo que cada grupo parlamentar e os DURP (Deputado Único Representante de Partido) têm são 5 minutos, no total, mas são vários os artigos que estão avocados, portanto, iremos fazer a discussão artigo a artigo e cada orador gastará o tempo que desejar em relação ao artigo que é sujeito a discussão, sendo que no total são 5 minutos. E eu preciso ter aqui a sequência dos artigos que são avocados; deram-me a indicação que estava na Mesa e não está.

Pausa.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar o expediente.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara a entrada das Propostas de Lei n.os 44 e 45/XVII/1.ª (GOV).

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, artigo a artigo, em função de cada artigo que foi avocado, para que se possam fazer as intervenções em relação a cada um deles.

Quem se inscreve, fá-lo para cada um desses artigos e tem um total de 5 minutos para a discussão de todos eles. Portanto, já sabe, deve gerir o seu tempo: se fala no artigo 17.º e gasta 1 minuto, fica só com 4 minutos para os restantes de que queira falar.

Esta ordem sequencial, que foi a que fizemos no ano passado, permitiu uma gestão melhor do que anteriormente, quando se discutia sobre tudo e dava confusão — artigo para frente, artigo para trás. Assim, relativamente ao artigo 17.º, por exemplo, dos 5 minutos, cada grupo parlamentar consome o tempo que deseja. Se gastar os 5 minutos, depois não pode intervir nos restantes. Parece-me que está claro, não há dúvidas.

Então, vamos começar pelo artigo 17.º, que é o primeiro a ser avocado. Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o SNS (Serviço Nacional de Saúde) está hoje absolutamente dependente das prestações de serviços. Há serviços de urgência que só se mantêm abertos à conta dos chamados médicos-tarefeiros. Só entre janeiro e agosto, o Estado gastou 174 milhões nestas prestações de serviços, 727 mil euros por dia. E isto acontece porque se deixou introduzir e enraizar no Estado e no SNS uma lógica de má gestão de quem queria fingir que poupava. Em vez de vínculos efetivos e integração nos quadros, oferecemos vínculos precários e trabalhadores descartáveis. O resultado destas técnicas de gestão e desta introdução de lógicas de mercado no serviço público está à vista: a dependência do SNS das prestações de serviço.

O Governo, e bem, diz que quer regular a situação, mas, como sempre, começa pelo fim e quase que leva o País à beira da paralisação do SNS.

A proposta que trazemos faz parte de um princípio muito simples: não se contratam serviços temporários para colmatar necessidades permanentes. E para que um hospital possa renovar um contrato de prestação de serviços à tarefa, tem de demonstrar primeiro que abriu um concurso para uma posição permanente. Esta proposta poupa recursos ao Estado, porque já percebemos que acabamos a pagar muito mais quando pagamos à tarefa do que se estivéssemos a pagar a profissionais vinculados ao SNS. É, sim, uma proposta de prudência orçamental que nos pode poupar milhões e que ajuda a acabar com o drama constante das urgências encerradas. E é também uma proposta que responde àquilo que os próprios médicos-tarefeiros pedem. Ainda há dias, numa reunião com o Bastonário da Ordem dos Médicos, afirmaram que pretendem essa integração no SNS. E, por isso, também ajuda o Governo a evitar um grande problema, se estes profissionais decidirem paralisar o SNS. Ficamos todos a ganhar.

Assim, trazemos novamente esta proposta a votação, depois de ontem ela ter sido chumbada, para dar a possibilidade aos vários grupos parlamentares de poderem rever o seu sentido de voto e poderem aprovar esta proposta.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Não registo mais inscrições quanto a este artigo. Relativamente ao artigo 25.º, também não tenho inscrições, pelo que passamos ao artigo 28.º-A. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, as avocações não são uma repetição do debate de ontem. São uma oportunidade para nós podermos refletir melhor e corrigir erros e interpretações. E é o que o PS propõe a esta Câmara, que os partidos possam explicar porque é que se houver margem estrutural não podemos dar um aumento permanente das pensões às pessoas que trabalharam a vida inteira;…

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … porque é que não devemos atualizar o subsídio de patrulha aos polícias e aos guardas?…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Grande lata!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande lata!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vergonha na cara!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Porque não podemos pagar mais de 200 € — 200 €, Srs. Deputados! — a um pai que passa pelo horror de ter de enterrar um filho, e, em quarto e último lugar, porque é que estamos, pela primeira vez, pela primeira vez na nossa história, no nosso ordenamento de jurídico, sem qualquer justificação, a discriminar entre as famílias que têm filhos com cancro e as famílias que têm filhos deficientes ou filhos com doenças crónicas?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Que é que andou a fazer nos últimos oito anos?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É verdade que nos têm dito que não há dinheiro para aumentar de forma permanente as pensões,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … mas a verdade é que, ano após ano — este ano já será o segundo ano —, aumentam de forma temporária, com um bónus. Ora, eu gostava que pudessem explicar aos pensionistas como é que o Orçamento do Estado diz que a segurança social tem um lucro de 6600 milhões de euros e não há 260 para aumentar de forma permanente as pensões. Eu gostava que nos dissessem como é que há no porquinho mealheiro,…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

… na conta-poupança da segurança social, no final de 2026, 48 mil milhões de euros, Srs. Deputados, e não há 260 milhões de euros para podermos aumentar de forma permanente as pensões!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Já agora, esperamos que não haja, no final deste ano, uma nova surpresa no saldo da segurança social, como houve no ano passado, de mais de mil milhões de euros, e que provará que afinal o PS tinha razão e que havia dinheiro para aumentar de forma permanente as pensões.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh…!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não enganem os portugueses!

Mas, já agora, digam-nos, porque, se assim for, será verdadeira a escolha de afinal ter havido 300 milhões de euros para reduzir um pontito — um pontito! — no IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), mas não há 260 milhões de euros para aumentar e dar dignidade a quem trabalhou uma vida inteira, Srs. Deputados.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Tivesses feito tu!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já agora, o que é que dizem aos polícias,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aos polícias?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … aos guardas que estiveram aqui, nestas galerias, a protestar no início do Orçamento do Estado?

Protestos do PSD e do CH.

Aqueles a quem prometeram soluções, Srs. Deputados? Aqueles que, no início do vosso Governo, disseram que iam equiparar com a PJ (Polícia Judiciária), e cuja carreira iam rever? E, Sr. Presidente,…

Continuação de protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ainda estamos a começar a manhã. Faça favor, Sr. Deputado.

Protestos do CH.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É que, Sr. Presidente, um ano e meio depois, não deram absolutamente nada aos polícias e aos guardas.

Protestos do PSD e do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Deram vocês?!…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E, quando o PS vem propor atualizar um subsídio de patrulha para quando eles estão no terreiro, nas ruas, a proteger a nossa segurança, um aumento, um subsídio de patrulha, que já estava previsto quando o PS estava a governar, o que é que os partidos todos fazem? Inviabilizam essa proposta.

Aplausos do PS.

Como é que explicam? Como é que é possível, Srs. Deputados?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não tens vergonha na cara!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Depois, é espantoso ver o partido que está um ano e meio atrasado a regulamentar o direito ao esquecimento, a dizer que agora não pode aumentar o subsídio de funeral de 200 € para 1500 €, que não pode fazer um aumento correspondente para quem tem doença crónica ou deficiência ou para quem tem um filho com uma doença com cancro. Não há nenhuma justificação para isto.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Por isso, Sr. Presidente, termino dizendo o seguinte: lançámos um conjunto de questões. Ora, se não encontram respostas para estas questões, façam uma coisa simples, mudem o vosso sentido de voto.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ajudariam a Mesa a fazer a boa gestão dos trabalhos… São vários artigos…

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — É difícil, Sr. Presidente…!

O Sr. **Presidente**: — É difícil, é difícil.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Quando eram 120, não fizeram nada disso!

O Sr. **Presidente**: — Agora está em discussão o artigo 28.º-B e está inscrito o Sr. Deputado António Rodrigues para esse artigo. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, os artigos 28.º-A, 28.º-B e 28.º-C têm todos a ver com uma coisa, que é, pelos vistos, o direito ao esquecimento por parte do Partido Socialista.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O Partido Socialista esteve no Governo até 2023. Fundamenta estas propostas, porque não são mudadas desde 2009. Teve 16 anos para poder mudar as questões que aqui se trazem, mas esqueceu-se.

Mas mais grave do que isso é que, com este esquecimento, esqueceram-se também…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É verdade!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … de que o seu próprio Secretário-Geral foi Ministro da Administração Interna durante esse período. E o que é que ele fez sobre esta matéria? Nada!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A demagogia tem limites, mas, desta vez, e neste aspeto, o Partido Socialista ultrapassou-os, porque teve oportunidade de fazer e não fez. O Governo da AD (Aliança Democrática), quando chegou, logo em 2024, resolveu um problema que o Partido Socialista deixou, nomeadamente o subsídio de risco. Não se lembra?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vocês, num ano e meio, não deram nada!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Não, não, nunca prometemos nada que não fizéssemos. Nunca prometemos nada que não quiséssemos fazer, e fizemos.

Mas pior: neste momento — e o Partido Socialista sabe-o —, há negociações com as forças de segurança sobre estas matérias, sobre exatamente estes pontos, sobre aquilo que, durante 16 anos, o Partido Socialista não fez.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Estão há um ano e meio sem negociações!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Mas diria apenas outra coisa: é que, com esta demagogia que o Partido Socialista hoje fez, conseguiu ultrapassar pela direita o próprio Chega, que teve a hombridade de, aqui, não apresentar uma proposta sobre a matéria que sempre discutiram. Mas eles, que não conseguiram fazer nada, hoje tentam enganar-nos, mais uma vez, com este tipo de propostas. Não pega, não acreditamos e havemos de o fazer; mas fazemo-lo estruturada e estrategicamente, e não como os senhores fazem, pontualmente e sem qualquer tipo de objetivo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Também sobre este artigo, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, não vale tudo, mesmo em política. A intervenção do Sr. Deputado Miguel Costa Matos foi de um descaramento,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … de uma falta de vergonha e de uma falta de noção que têm de ser assinaladas.

Não íamos intervir neste ponto, mas temos de o fazer.

O Partido Socialista governou oito anos seguidos, mas governou muito mais do que isso e beneficiou de um tempo em que não eram exigidas aos políticos uma responsabilidade e uma capacidade de prestar contas, que permitiu que o País fosse três vezes à bancarrota e que tivesse um Primeiro-Ministro como José Sócrates.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os senhores são responsáveis por terem levado o País à lama, quer com as bancarrotas quer com a falta de dignidade dos políticos que escolheram para liderar o País.

Mas, pelos vistos, querem continuar a nivelar por baixo, e a intervenção que o senhor fez foi muito baixa por uma razão simples: os senhores não fizeram.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Os senhores fizeram com que polícias e guardas tivessem de ir para a rua,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Contra vocês!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … não para proteger os portugueses, mas para lutar pelos seus direitos, porque os senhores, durante oito anos, não fizeram nada para os dignificar. Nada!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Um ano e meio! Mentiram aos polícias!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Deputado, o que tem de saber é que ainda não está feito tudo, porque não se consegue resolver num ano essa falta de noção de oito anos, essa falta de respeito de oito anos, essa falta de elevação de oito anos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mentiram aos polícias! Tenha vergonha na cara.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas nós já conseguimos aumentar e continuaremos a discutir por uma razão simples, Sr. Deputado, é que sabemos o que é apanhar um país falido e entregá-lo com contas certas.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês estão sempre do lado dos criminosos! Tenham vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os senhores, a única coisa que fizeram é, apanhando um país com contas certas, nem sequer pagar a quem merecia esse reconhecimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mentirosos! És um mentiroso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, o Sr. Deputado tem de ter vergonha em relação ao passado, mas devia, acima de tudo, ter vergonha em relação ao presente e ao que aqui fez hoje.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mentiroso!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — E ainda chama mentirosos aos outros! Que falta de noção!

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar para o artigo 38.º-A, Srs. Deputados. A Sr.ª Deputada Carla Barros inscreveu-se e tem de ter condições para ser ouvida. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, realçamos três aspetos muito importantes para se continuar a melhorar as pensões dos portugueses em 2026.

Primeiro, para 90 % dos pensionistas, a fórmula legal permitirá o aumento de 2,69 % nas pensões até ao valor de dois Indexantes dos Apoios Sociais. Depois, os idosos mais pobres terão o complemento solidário para idosos aumentado para 670 €. E, por fim, a garantia do desempenho de uma boa execução orçamental permitirá a atribuição do suplemento extraordinário de pensões.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, «enquanto houver estrada para andar», este Governo vai continuar a melhorar a vida dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Ainda sobre este artigo, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, ontem foi um daqueles dias em que sentimos que tudo vale a pena e que vale a pena trabalharmos para melhorar a vida das pessoas, porque

ontem, finalmente, este Parlamento aprovou um aumento do subsídio para acompanhar as crianças mais vulneráveis num momento em que precisam de maiores cuidados.

Aplausos do L.

Conseguimos fazer aumentar, todos juntos, e isso foi uma vitória deste Parlamento, o subsídio para assistência a filhos com doença oncológica, com doença crónica ou com deficiência. Neste momento, os pais de crianças com doença oncológica conseguem receber 100 %, sem sequer ter de pensar se podem abdicar daquele rendimento para conseguir acompanhar os seus filhos. São anos de reivindicação das famílias, são anos de apresentação de propostas neste Parlamento, propostas que o Livre apresentou e que foram chumbadas sucessivamente. Mas ontem, finalmente, avançou-se, este foi um passo muito importante que o Parlamento deu e acho que estamos todos de parabéns por termos dado este passo.

Mas, Sr.as e Srs. Deputados, falta um bocadinho. Falta um bocadinho para fazer justiça completa, porque, ontem, o que foi aprovado foi o subsídio para acompanhamento de crianças com doença oncológica a 100 %. Isso é a total justiça para estas crianças, mas falta fazer o mesmo para as crianças com doença crónica e com deficiência. Lembro que o acesso a este subsídio é feito por declaração médica, os médicos é que dizem: «Esta criança precisa de um acompanhamento, precisa que a mãe ou o pai estejam com elas.» Portanto, se o médico diz, se a criança precisa, a total justiça é garantirmos que os pais nem sequer tenham de pensar se conseguem abdicar ou não do rendimento para estar com essas crianças.

O que vos peço, Sr.as e Srs. Deputados, é que façamos só mais um esforço e que consigamos garantir 100 % de subsídio para estas crianças, com doença oncológica, com doença crónica ou com deficiência.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Há mais uma questão: também queremos que seja possível que os dois progenitores possam fazer esse acompanhamento, que não esteja limitado apenas a um progenitor.

Sr.as e Srs. Deputados, ontem foi um dia histórico e hoje pode ser um dia ainda mais histórico. Conseguimos fazer uma justiça ainda maior e garantir que todas estas famílias têm as mesmas condições para conseguir acompanhar as suas crianças na altura de maior cuidado — porque é isso que nós devemos fazer aqui neste Parlamento, é isso que devemos a essas crianças. Hoje temos a oportunidade de fazer uma justiça ainda maior do que a do dia de ontem.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palava a Sr.ª Deputada Isaura Morais.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, sim, o Parlamento ontem deu um sinal claro aos pais e às mães das crianças com deficiência, com doença oncológica e com doença crónica.

Mas a situação de doença de um filho é das mais dolorosas que pode existir, e daí a proposta apresentada pelo PSD e pelo CDS para aumento do subsídio dos pais com crianças com deficiência e doença crónica em 15 % e para as crianças com doença oncológica em 35 %; mas não só, também o aumento do limite da atribuição deste subsídio, de dois IAS (Indexantes dos Apoios Sociais) para três IAS. Sabemos que esta é uma decisão que implica um esforço financeiro, mas também sabemos que melhoramos assim as condições destes pais, para que não percam rendimento nesta situação tão difícil.

O PS absteve-se nesta proposta e, na esperança de que possa mudar o seu sentido de voto, hoje somos chamados novamente a confirmar essa decisão. Estou certa de que não faltaremos a estes pais, e os pais também estão certos de que o Parlamento não lhes faltará.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: —Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, para quem não esteve ontem nas votações na especialidade, eu gostaria de deixar uma descrição do que se passou, porque devo dizer-vos que perderam um espetáculo. Perderam uma ida ao bailado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ah…!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Houve um bailado a três, ontem, nas votações na especialidade. No centro do palco, Srs. Deputados, o pivô deste bailado era o PSD, e estava o PSD a determinar as suas votações, mais ou menos votando contra todas as propostas da oposição.

De repente, entra em cena um duo sincronizado, com os movimentos bem ensaiados, composto pelo Chega e pelo PS. Funciona mesmo assim, e posso dar como exemplo as propostas do Bloco.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era como tu fazias na geringonça!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Aumento do subsídio de refeição e dedução dos juros do crédito à habitação: o PSD, *pivot*, no centro do bailado, vota contra, está firme na sua dança; depois, o Chega e o PS vão dançando à volta do PSD, ora se abstém um, ora se abstém o outro, garantindo sempre que, se um se abstém, o outro já pode votar a favor, de forma que, no fim, nenhuma proposta consiga passar.

O maior exemplo deste bailado foi o que aconteceu às pensões, porque o PS e o Chega, juntos, conseguiram fazer com que nenhuma das várias propostas que garante um aumento permanente, concreto, das pensões fosse aprovada. Nem a que o Bloco de Esquerda apresentou foi aprovada, aquela que pegava na lei, que já está em vigor e vai estar em aplicação no próximo ano, e dizia: «Bom, aplique-se a lei, mas, no mínimo, no mínimo, 50 € para as pensões mais baixas, para que se possam aproximar das pensões médias.»

Por isso, Sr.ªs e Srs. Deputados, a conclusão do primeiro dia de votações na especialidade é que o PSD não tem uma muleta, tem duas. Tem uma de cada lado para garantir que o resultado do Orçamento do Estado é exatamente aquilo que deseja, é exatamente aquilo que quer.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O CDS está com ciúmes!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — O resultado, Srs. Deputados, do primeiro dia de votações é que quem tem crédito à habitação não vai poder deduzir os juros do crédito à habitação, as pensões mais baixas não vão ter um aumento permanente e concreto, tal como tanto o Chega como o PS diziam que queriam, e o subsídio de refeição fica com um aumento de 10 cêntimos, aquele que o Chega e o PS diziam que era lamentável, uma ofensa e que não chegava para pagar um almoço, mas os bancos vão ter duas vezes menos impostos para pagar, ou seja, vão ter duas reduções de impostos e ainda levam 400 milhões de euros de bónus.

Por isso, Srs. Deputados, a quem perguntar o que é que se passou ontem, a resposta é simples. Foi mesmo um bailado. Agradeçam ao Chega e ao PS o Orçamento não ser mais do que aquilo que o PSD aqui nos apresentou.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Bloco de Esquerda está é a levar um grande baile!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, faça favor.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a valorização das pensões não se faz com medidas paliativas, nem com complementos ocasionais ou com o suplemento extraordinário de que fala o PSD. É necessário promover o aumento real das pensões — de todas as pensões

— em 5 % e em, pelo menos, 75 € por pensionista, como o PCP propõe, como propunha ontem e como continua a propor hoje. É para esse imperativo social que os Srs. Deputados de todas as bancadas estão hoje desafiados.

Não vale esconderem-se atrás desse biombo de desresponsabilização a que alguns chamam estabilidade orçamental, que é, de facto, um fator de profunda instabilidade e de severa debilidade na vida da maioria dos pensionistas. Mas é singular que esse obstáculo não exista quando se trata de conceder chorudas borlas fiscais, isenções fiscais e redução no IRC aos grandes grupos económicos. Para esses, Srs. Deputados, nunca se regateiam os milhares de milhão de euros.

Não podemos esquecer que 22 % — 22 %, Srs. Deputados! — dos idosos estão em risco de pobreza e exclusão social. O combate à pobreza e à exclusão exige a valorização dos salários, mas também das pensões. Para melhorar a vida de quem trabalhou uma vida inteira, o Governo, a direita, tem sempre desculpas. Quem diz a direita, diz também o Partido Socialista, que aqui tem falado, e bem, da necessidade do aumento das pensões, mas que ontem não foi capaz de acompanhar uma proposta do PCP nesse sentido, tendo-se abstido. E, hoje, pergunto ao Partido Socialista: está disponível para acompanhar, para apoiar a proposta do PCP?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, faça favor.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o reforço do Estado social, principalmente para os mais vulneráveis, sempre foi uma prioridade central do CDS,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e este Orçamento reflete bem essa preocupação social. Aumentamos todas as pensões e aumentamos, uma vez mais, o complemento solidário para idosos.

Esta maioria do PSD e do CDS quer ir mais longe, mas com os pés bem assentes na terra.

Por isso, assumimos neste Orçamento um novo compromisso com os pensionistas. Pagaremos um novo suplemento extraordinário de pensões em 2026, como fizemos em 2024 e em 2025, se as condições económicas e financeiras do País assim o permitirem. Empenhando todos os nossos esforços em continuar a pôr o País a crescer bem acima da média europeia e em continuar a gerir de forma equilibrada as contas públicas, assumimos o compromisso de reverter para os pensionistas o resultado deste trabalho. Se o País cresce, os pensionistas devem beneficiar desse crescimento.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Se tivesse rodinhas, era uma trotinete!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É assim que se faz política social com responsabilidade, pondo os pensionistas em primeiro lugar, mas não fazendo loucuras orçamentais. É que, Srs. Deputados, a bancarrota socialista foi há apenas 14 anos e o País não quer voltar a essa vergonha e a esse passado sombrio.

Protestos do PS e do PCP.

Por outro lado, o aumento do subsídio para assistência aos pais com filhos com doença oncológica, outras doenças crónicas e deficiência é daquelas medidas sociais que marca decisivamente este Orçamento. E é uma medida proposta, mais uma vez, pela maioria PSD/CDS. O reforço deste apoio é um gesto de humanismo, apoiando as famílias que carregam diariamente o peso emocional e financeiro de acompanharem os seus mais queridos, os seus filhos que estão doentes.

Estas propostas não são apenas números, são compromissos com pessoas reais, com necessidades urgentes de acompanhar os filhos doentes e os filhos com deficiência. E são estas medidas que refletem bem a essência de um partido democrata-cristão como o CDS — apoiar as famílias, principalmente as famílias em situações de maior vulnerabilidade, e não deixar ninguém para trás.

Apoiando esta medida, aprovando esta medida, nós honramos o nosso compromisso, nós honramos a nossa história de personalismo cristão.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, os nossos pensionistas construíram, certamente, o passado e o presente de Portugal e devemos, com certeza, apoiá-los, mas são os jovens, os pensionistas do futuro, que terão de construir o futuro de Portugal. E a verdade é que, neste debate do Orçamento do Estado, não houve um único partido, com uma exceção, que tivesse falado dos pensionistas do futuro, que são os nossos jovens, os que estão aqui sentados nas galerias, os nossos filhos, os netos dos atuais pensionistas. Nós continuaremos a fazê-lo, a denunciar essa tremenda injustiça que continua a existir em Portugal, que são as pensões dos nossos jovens.

Um atual pensionista recebe, segundo os relatórios de sustentabilidade da Comissão Europeia, 80 % do último salário. Os futuros jovens, os que estão agora a entrar no mercado de trabalho, irão receber 39 % do seu último salário, metade do salário da pensão atual em pagamento. Esta é uma profunda injustiça intergeracional. Poderão todos os partidos estar calados quanto a isto, mas nós continuaremos a denunciar esta enorme injustiça e a defender o futuro dos nossos jovens, porque esse é o futuro de Portugal, são eles os futuros pensionistas.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sobre isto, pedimos para avocar uma medida que é da mais elementar justiça e que dá a garantia de começar a construir esse futuro, que é a criação de contas-poupança. Se a Segurança Social, por si só, não consegue assegurar o futuro dos nossos pensionistas, dos nossos jovens, então, teremos de começar hoje a construir esse futuro com a criação de contas-poupança.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já existem! Já existem os PPR (planos poupança reforma)!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Aquilo que pedimos não é, no caso, que o Partido Social Democrata ou o CDS apoiem uma proposta nossa, é que cumpram aquilo que prometeram aos portugueses, cumpram aquilo que está no seu programa eleitoral, na página 221: «Criação de contas-poupança isentas de impostos.» Ou seja, tem de se começar a criar já os incentivos para que os nossos jovens, os pensionistas do futuro, tenham, de facto, um futuro quando chegarem à velhice, quando tiverem de receber a sua pensão, não ficando entregues a esses outros partidos que estão muito satisfeitos com a ideia de receberem apenas 39 % do seu último salário.

Portanto, isto é da mais elementar justiça, e não vemos outra opção que não o Governo, o Partido Social Democrata e o CDS acompanharem esta proposta.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, tem a palavra.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também os Srs. Membros do Governo aqui presentes, as Sr.ªs e os Srs. Deputados.

Permitam-me que deseje rápida recuperação ao Nuno Markl, que, perante algumas das votações que ocorreram ontem — sendo ele não apenas uma pessoa que nos faz rir e melhorar o dia,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só se for a ti! A mim não me faz rir nada!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … todos os dias, mas também um grande amigo da causa animal —, diria, certamente, que isto é tão bom que teria de ser estudado pela ciência. Isto porque vimos aqui algumas ginásticas e malabarismos nas votações, tendo sido deixadas para trás matérias muito importantes, não apenas na questão da doença oncológica e crónica.

Nós acompanhámos, sem dúvida, a votação em relação à reivindicação, de há vários anos, não apenas de agora, de mais de 47 000 peticionários, mas há uma injustiça por consertar. É que aprovar apenas a matéria oncológica e deixar para trás a doença crónica, em nosso entender, é criar uma desigualdade entre os pais que não faz qualquer tipo de sentido. Por isso mesmo, acompanharemos positivamente todas as propostas que visam isso mesmo, essa correção, que é da mais elementar justiça.

Enquanto também tivemos aqui debates em torno das burcas, em torno do financiamento das mesquitas, há um País real e problemas reais que estão a ficar para trás.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Quando tiveres de andar de véu, vem aqui pedir ajuda!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — O PAN conseguiu aprovar medidas muito importantes de apoio ao combate à violência doméstica, de apoio ao combate a fenómenos como a mutilação genital feminina, mas é incompreensível que tenha havido rejeição de medidas que, por exemplo, visavam garantir o acesso das vítimas de violência doméstica às casas-abrigo com animais de companhia ou, até mesmo, noutras dimensões, do ponto de vista social, de medidas que visavam a valorização dos bombeiros, dos polícias, das forças de segurança e do SNS, bem como de medidas de combate a problemas graves como a saúde mental, até mesmo nos Ministérios dos Negócios Estrangeiros. Todas essas são dimensões que, muitas vezes, não tendo impacto orçamental relevante, vimos a maioria parlamentar deixar ficar para trás. Basta ver o exemplo da violência sexual baseada em imagens, em que esta Casa, mais uma vez, rejeitou o combate àquele que é hoje um fenómeno e um flagelo social que não podíamos nem devíamos ignorar.

Hoje, temos aqui a oportunidade de voltar a discutir e votar matérias muito relevantes — e não apenas as que foram avocadas —, as quais, para o PAN, são absolutamente essenciais e imprescindíveis, tal como outras que vamos discutir e votar e que vão poder fazer a diferença e um caminho na vida dos portugueses, nomeadamente matérias relacionadas com o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) e o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares).

Não podemos dizer, sistematicamente, que queremos garantir uma justiça social e continuar a dar borlas fiscais a quem mais polui — como aconteceu ainda ontem —, quando o País tem metas de neutralidade carbónica para cumprir e continua a falhar, nomeadamente no combate à crise climática, e, depois, negar às famílias a descida do IVA na alimentação, incluindo na saúde e alimentação animal.

Cá estaremos para fazer esse debate. E iremos acompanhar, nestas avocações, o alargamento do subsídio para os pais, porque achamos que é da mais elementar justiça, assim como a valorização dos vários profissionais. Esperamos que, no dia de hoje, nas próximas votações, haja um pouco mais de justiça social e ambiental, que faltou ontem à maioria parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, faça favor.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ouvimos aqui afirmações quase comoventes. Diz o CDS que, se o País cresce, os pensionistas devem beneficiar desse crescimento. Sr. Deputado Paulo Núncio, a verdade é que quem faz o crescimento são os trabalhadores e quem deve beneficiar desse crescimento são os trabalhadores e os pensionistas.

O Sr. Deputado fala em loucura orçamental, se bem retive a expressão. Pois o que lhes dizemos, Srs. Deputados da direita, é que é mesmo é uma irresponsabilidade social não aumentar as pensões.

Fala em gestos de humanismo. Pois muito bem, vamos a isso: combater a pobreza aumentando os salários e as pensões.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Essa medida, Srs. Deputados, está ao alcance de todos. Trata-se de uma decisão que pode ser tomada dentro de minutos, apoiando a proposta do PCP.

Já agora, deixo duas notas relativamente ao que foi dito. Por um lado, sobre o apelo muito vigoroso que aqui foi feito às contas-poupança, o que a Iniciativa Liberal quer já sabemos, mas, não, não é esse o caminho. Por outro lado, o PCP não se calará em relação ao futuro das pensões.

O PCP propõe o aumento dos salários,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aumentaram 8 % no ano passado!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … a valorização dos salários e, já agora, o alargamento das fontes de financiamento, incluindo o imposto sobre o valor acrescentado líquido das empresas, matéria sobre a qual ainda não ouvimos uma palavra, se não estou em erro, da Iniciativa Liberal.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, tenho acompanhado, um pouco à distância, as votações, na especialidade, deste Orçamento do Estado. Confesso que, havendo responsabilidade e vontade política, com o equilíbrio das contas públicas, poderemos, de alguma forma, como aqui já foi dito, chegar à população mais vulnerável.

Por essa razão, o JPP irá acompanhar algumas destas iniciativas apresentadas, não só pelo Livre, mas também pelo Partido Socialista, e até mesmo pelo Chega,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … porque, acima de tudo, essas medidas visam minimizar e dar um reforço financeiro a todos aqueles que contribuíram com a sua massa salarial para este País e, acima de tudo, no subsídio para assistência a filhos com deficiência, doença crónica e até mesmo doença oncológica.

No período em que fui autarca, acompanhei durante mais de 12 anos este flagelo que atinge a nossa sociedade e, muitas vezes, nos orçamentos municipais temos de fazer das tripas coração para socorrer estas famílias. Por isso, acho que deve haver uma responsabilidade de todos nós. Como a Sr.ª Deputada do Livre já fez menção a esse facto, digamos assim, histórico, havendo vontade política e responsabilidade, poderemos acudir a estas famílias que caíram nesse flagelo.

Assim, da nossa parte, e como disse no início desta sessão legislativa, o JPP está aqui para construir, não para destruir. Com esta postura iremos, seguramente, dar o nosso contributo no sentido de apoiar todas as iniciativas que visem ajudar a população mais vulnerável deste País.

O Sr. **Presidente**: — Para uma última intervenção referente a este artigo, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Segurança Social.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Segurança Social** (Susana Filipa Lima): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, muito se tem falado sobre as pensões, tanto hoje como ontem, e, por isso, quem ouvisse algumas intervenções de alguns Srs. Deputados hoje, acharia que no Orçamento para 2026 iria haver um aumento zero de rendimento permanente para as pensões. Mas a verdade é que o aumento permanente de rendimento dos pensionistas, previsto para 2026, é de 940 milhões de euros.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Segurança Social**: — Vou repetir: não são 270, não são 200 milhões, são 940 milhões de euros. Isto significa que vai haver, sim, um aumento permanente do rendimento dos pensionistas, naturalmente um aumento maior para aqueles que têm pensões mais baixas, que são, como sabemos, a maioria dos pensionistas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este aumento de 940 milhões de euros — volto a repetir — é um aumento compatível com o equilíbrio das contas públicas na sua globalidade, que apresenta um excedente orçamental no seu conjunto, para o conjunto da Administração Pública, de pouco mais de 260 milhões de euros. Isto significa que qualquer aumento ou proposta de aumento adicional ao mínimo legal que estamos a propor colocará em causa este equilíbrio e fará com que Portugal volte a ultrapassar a linha vermelha e volte a uma situação de défice orçamental, que é uma coisa com a qual este Governo não compactua.

Vale a pena também termos noção do que representaria o esforço financeiro de algumas das propostas que aqui foram apresentadas, em particular o aumento de 5 % num mínimo de 75 €, proposta apresentada pelo PCP. Este aumento significaria, para os pensionistas da Segurança Social, uma despesa de 3,27 mil milhões de euros e para os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações uma despesa de 780 milhões de euros. No seu conjunto, estamos a falar de uma despesa de 4 mil milhões de euros, mais 3 mil milhões de euros do que aquilo que está previsto no Programa do Governo, o que significaria um défice orçamental automático.

Refiro-me, agora, ao aproveitamento da margem do excedente da Segurança Social para o aumento permanente das pensões. Um aumento permanente das pensões, para além do mínimo legal, deve ser sustentado por um aumento permanente da dinâmica das variáveis macroeconómicas do País, dos salários, do emprego e da produtividade. Como disse o nosso Primeiro-Ministro, se queremos aumentar mais as pensões de forma permanente, temos de pôr Portugal a crescer mais e melhor.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Segurança Social**: — Não podemos aproveitar excedentes da Segurança Social, particularmente favoráveis em determinados anos, que resultam de uma conjuntura favorável como aquela que estamos a atravessar em 2025, como foi em 2024 e como ainda será em 2026, para comprometer de forma permanente a despesa com pensões, sem termos assegurado também o sustento macroeconómico.

O que devemos fazer, sim, é aproveitar estes excedentes para reforçar o fundo de estabilização e, assim, criar condições e dar oportunidades aos futuros pensionistas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Secretária de Estado tem um pedido de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, dentro do tempo que está disponível para o efeito.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado, estava aqui quase tentado a perguntar-lhe se dorme de consciência tranquila…

Vozes do PSD: — Ah!…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … sempre que vem com esta chantagem dos milhões sobre este Parlamento e o que isso representa na vida das pessoas. Para os pensionistas, há tostões; para os grandes grupos económicos, há muitos, muitos milhões.

Portanto, Sr.ª Secretária de Estado, tenho de perguntar-lhe: porque é que não coloca, no outro prato da balança, a vantagem, em termos de qualidade de vida para todos estes pensionistas, que resultará do aumento que o PCP propõe?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Como o Governo não tem tempo disponível para responder ao pedido de esclarecimento, passamos à proposta de um artigo 46.º-A.

Mas, antes disso, aproveito para anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas diversas galerias, um grupo de 74 alunos e professores do Grande Colégio Universal, do Porto, um grupo de 25 alunos e professores do Agrupamento de Escolas da Ericeira, um grupo de 106 alunos e professores da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, de Linda-a-Velha, um grupo de 81 alunos e professores do

Agrupamento de Escolas Dr. Machado de Matos, de Felgueiras, e um grupo de 40 alunos e professores do Externato A Minha Escola, de Paço de Arcos.

Aplausos gerais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, hoje, já é dia 21, estamos no fim do mês e imaginem, Srs. Deputados, a vossa mãe, ou a vossa avó, sentada com as mãos na cabeça a fazer contas à vida para saber o que é que vai pagar. Depois de ter pagado as contas do mês, está a pensar se vai comprar os medicamentos que lhe aliviam as dores ou se vai comprar a comida que lhe dá força para viver.

Imaginem, Srs. Deputados, esta solidão, esta angústia, esta vergonha silenciosa que é vivida em milhares de casas portuguesas, sem nunca pedir ajuda a ninguém.

Hoje é dia 21 e em muitos dias 21 é este o drama vivido por milhares e milhares de idosos portugueses.

É por isso, Srs. Deputados, que esta medida de aumento das pensões do Chega não é apenas uma miragem colocada à frente dos idosos, como a do PS ou a do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A nossa proposta orçamental de aumentar estruturalmente 1,5 % é um grito de consciência nacional, é um apelo ao coração desta Assembleia da República.

Aplausos do CH.

A nossa proposta, que quer aumentar 1,5 % todas as pensões até 13 IAS, é pouco, é pouco para quem merece muito, mas é um passo justo, um passo moral, um passo profundamente humano.

Não estamos a falar de números, falamos de pessoas. E perguntam os Srs. Deputados: quanto custa? VV. Ex.as perguntam quanto custa e eu respondo: custa apenas um quarto, custa apenas 25 % do desperdício que o Ministério da Saúde faz todos os anos por ser um bar aberto descontrolado.

Aplausos do CH.

Este é um País que não honra os mais velhos e é, por isso, um País que perde a sua alma.

Que esta Assembleia da República, por uma vez, Srs. Deputados, não olhe para os gráficos, mas olhe para a alma dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Felicidade Vital, do Chega.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo e cumprimento os meus colegas Srs. Deputados.

O Orçamento do Estado que hoje discutimos volta a mostrar aquilo que este Governo é: diz-se de direita, fala de famílias, mas, na verdade, é frouxo e cobarde.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Apresentamos uma medida simples: dar prioridade nas creches às crianças portuguesas cujos pais trabalham a tempo inteiro. Esta medida não aumenta um único euro de despesa pública, zero, não custa um cêntimo ao Orçamento do Estado. Eis que o Chega, que tantas vezes é acusado de apresentar medidas despesistas, apresenta uma medida sem nenhum impacto orçamental.

Na vida real, são as mulheres que acabam em casa, são elas que sacrificam o emprego, a carreira, o salário, porque o Estado prefere dar a quem não trabalha.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — É uma discriminação contra quem trabalha e particularmente contra as mulheres.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — É revoltante ver alguns pais deixarem os filhos nas creches públicas e sentarem-se toda a manhã no café da frente.

Os Srs. Deputados preferem premiar a dependência, os parasitas deste País. Esta bancada prefere defender a família e os filhos de quem trabalha.

Querem pôr os filhos nas creches públicas? Vão mas é trabalhar!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, as profissões de motorista de pesados, mercadorias e passageiros e a de maquinista são sujeitas a jornadas de trabalho muitas vezes superiores a 12 horas e a semanas de trabalho de 6 dias.

Durante a pandemia foi o trabalho destes profissionais que possibilitou que muitas pessoas ficassem em casa em segurança.

Quando estes profissionais param, o País para e, aí, percebemos a importância que eles têm.

A proposta do Chega pretende reconhecer o óbvio. Que esta profissão seja considerada de desgaste rápido, com vista a permitir o acesso antecipado à pensão de velhice e invalidez, sem penalizações.

O Partido Livre, o partido da semana dos quatro dias, não quer saber de quem tem uma semana de seis dias.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A semana tem sete dias!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Por isso, Srs. Deputados, têm aqui a oportunidade, com esta avocação, de corrigirem a vossa votação e de dar dignidade a estes profissionais.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, aquilo a que hoje assistimos, em várias intervenções, foi às opções dos vários partidos.

O Partido Socialista, tal como no Governo, mantém a opção de melhorar o País, de olhar para os portugueses,…

Vozes do CH: — Ah!…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … de olhar para a realidade dos portugueses e de continuar a apresentar propostas para os portugueses;…

Risos do CH.

… os restantes partidos, ou se riem, quando estamos a apresentar propostas para resolver a vida dos portugueses, ou falam do passado e esquecem até intervenções… Até lembrava a intervenção que a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes fez aqui, olhando para o PSD, a dizer «ainda bem que evoluíram». Ainda bem que somos capazes de evoluir nas propostas, a bem dos portugueses, dos pais, dos pensionistas, a bem de tanta gente cuja vida poderia melhorar com estas propostas! Mas preferimos vir para aqui fazer estes debates demagógicos em vez de resolver a vida dos portugueses.

Aplausos do PS.

O PSD tem a lata de vir aqui falar de pensões?! O PSD, que queria cortar 600 milhões nas pensões.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O PSD, que sempre desvalorizou — Srs. Deputados, atentem ao número — os seis aumentos permanentes de pensões em oito anos de governação do Partido Socialista, e continua a desvalorizar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É a política!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Não é a política! Não vale tudo, Srs. Deputados! É justiça social, é responder a quem está aqui a ver-nos, é responder a quem precisa de nós.

Protestos do PSD.

Sejam responsáveis, parem a demagogia e trabalhem, Srs. Deputados.

Aplausos do PS.

Risos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Foi Ministra da Habitação e construiu zero casas!

O Sr. **Presidente**: — Aos Srs. Deputados que estão em pé, pedia o favor de se sentarem, e aos Srs. Deputados que estão em diálogo ou que estão a fazer alguma observação, pedia também o favor… É que há um pedido de esclarecimento e, para o fazer, o Sr. Deputado Pedro Pinto tem de poder ser ouvido.

Faça favor, Sr. Deputado, dispõe de 38 segundos para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, demagogia? Mas quer mais demagogia…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, não queremos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … do que a proposta do Partido Socialista para a PSP (Polícia de Segurança Pública) e para a GNR (Guarda Nacional Republicana)?!

Ó Sr.ª Deputada, vou dizer-lhe, relativamente a várias propostas do Chega: sobre desgaste rápido, o voto do PS foi contra; para o subsídio de risco, o voto do PS foi contra; no complemento da reforma antecipada, o voto do PS foi contra; quanto aos subsídios de deslocação para a PSP e para a GNR, o voto do PS foi contra;…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Contra!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … sobre mais equipamentos para a PSP e a GNR, o voto do PS foi contra;…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Contra!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … para a atualização das tabelas remuneratórias, o voto do PS foi contra;…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Contra!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … mais autoridade para os polícias, o voto do PS foi contra;…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… no aumento de penas para quem agride os polícias, o voto do PS foi contra.

Vozes do CH: — Contra!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Querem mais demagogia do que a que está nessa bancada do Partido Socialista? Mais demagogia é impossível, Sr.ª Deputada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, *quiz*: quem é que disse o seguinte? «Em 2011, nós decidimos cortar salários, congelar as pensões, decidimos cortar benefícios sociais e decidimos aumentar impostos.»

A pergunta é retórica, Sr. Deputada. Foi José Sócrates,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olha quem está ao teu lado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … de quem o País tem uma péssima memória e as nossas gerações também.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há cedência de tempo do Partido Comunista Português e do Livre para o Partido Socialista, e estamos a refazer as contas para ver qual é o tempo de resposta disponível.

Pausa.

Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Gonçalves, que dispõe de 26 segundos.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Pinto, quer um exemplo de demagogia? É o Chega.

O Chega vem aqui, não olha para as contas públicas, não olha para a realidade do País e apresenta propostas. Isso não é responder aos portugueses, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Vou ensinar-lhe uma coisa: isso não é responder aos portugueses, é ser demagógico! Está aí um exemplo de demagogia.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fraquinha! Fraquinha, a resposta!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, os senhores gostam tanto de lembrar os oito anos de governação do Partido Socialista, mas sabem o que é que fizemos? Sabe o que é que fizemos? Tirámos a sobretaxa que o Sr. Deputado que está aí, ao seu lado, quis manter.

Nós não cortámos pensões, como queria o PSD, nós aumentámos pensões, aumentámos salários — o atual Ministro das Finanças, pelo contrário, dizia que não era sustentável!

Aplausos do PS.

É isso que o Partido Socialista faz quando está no Governo, e é isso que faz quando está na oposição, Sr. Deputado. É assim que trabalhamos.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Foram tão bons que nem sei como é que perderam as eleições!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, houve transferência de tempo para o PSD, por parte do PAN e do CDS, num total de 51 segundos. O Sr. Deputado Hugo Soares dispõe, então, de 2 minutos e 49 segundos para fazer a sua intervenção, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.ª Deputada do Partido Socialista, nós temos visões muito concordantes no que respeita à forma como o debate deve ser feito nesta Casa, designadamente no que se refere à matéria das pensões: deve ser feito com respeito por aqueles que trabalharam uma vida inteira, deve ser feito com respeito por aqueles que hoje estão a trabalhar e que têm a expectativa de, no futuro, poderem vir a ter uma pensão e deve ser feito sem demagogias e sem retóricas.

Nós sabemos que os senhores defendem hoje um aumento permanente para os pensionistas, acima daquilo que a lei determina, mas com um conjunto de condicionantes, desde logo, inviabilizando uma política fiscal que tem a ver com a redução do IRC e com a possibilidade de as empresas pagarem menos impostos para poderem pagar melhores salários — melhores salários esses que contribuem, evidentemente, para a sustentabilidade da Segurança Social, o que permitirá sempre continuarmos a aumentar as pensões.

Mas eu inscrevi-me, Sr.ª Deputada, para poder dizer-lhe duas ou três coisas sobre a forma como os vários Governos ao longo da história trataram os pensionistas em Portugal. Em primeiro lugar, quero lembrar-lhe que se há património que este grupo parlamentar e os Governos da AD têm é a circunstância de termos sido nós e os nossos Governos os primeiros a criar os 13.º e 14.º meses para os pensionistas. Foi no Governo do PSD.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em segundo lugar, o vosso património em matéria de pensões começa logo com o Eng.º Sócrates.

Vozes do PS: — Oh!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu sei que, quando falamos do Eng.º Sócrates, as Sr.as Deputadas e os Srs. Deputados do Partido Socialista se torcem todos, mas quero lembrar que quem levou o País à bancarrota…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e quem foi o primeiro Primeiro-Ministro a congelar e a cortar pensões foi um Primeiro-Ministro do Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, já agora, foi também um Primeiro-Ministro de um Governo de que a Sr.ª Deputada fazia parte que anunciou ao País que não queria aumentar as pensões ao nível do que a lei prevê.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi o Governo do Dr. António Costa, a que a senhora pertencia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Este Governo tem vindo a aumentar, sempre no respeito pela lei, as pensões de todos os pensionistas e reformados em Portugal. Este Governo, garantindo contas certas, tem-se comprometido a aumentar — e tem-no feito — extraordinariamente as pensões mais baixas, daqueles que mais precisam, e assim vai continuar a ser.

E temos também orgulho em ser o Governo que tem aumentado exponencialmente o complemento solidário para idosos, que são aqueles que mais precisam, que trabalharam uma vida inteira e foram maltratados pelos Governos do Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, que dispõe de cedência de tempo do Bloco de Esquerda e do JPP.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, agradeço imenso a sua intervenção, para eu poder voltar a repetir o que é que o PSD faz quando está no Governo e para poder voltar a repetir o que nós fizemos em oito anos de governação: aumentámos estruturalmente as pensões, seis vezes.

Aplausos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Seis vezes!

Protestos de Deputados do PSD.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Mas vou dizer-lhe mais, Sr. Deputado: na oposição, aumentámos estruturalmente as pensões, com o voto contra do Governo do PSD.

Aplausos do PS.

Garantimos que o corte de 600 milhões de euros, que queriam implementar nas pensões, não acontecia,…

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mentira!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … mas valorizávamos e tínhamos bons saldos na Segurança Social, fruto das medidas que impactavam no mercado de trabalho. E sabe porquê? Porque nós, ao contrário do que defendia o agora Ministro das Finanças, que dizia que não era sustentável aumentar salários, aumentámos salários e garantimos que os trabalhadores eram também valorizados.

Aplausos do PS.

Mas fizemos mais: garantimos que os impostos, que foram aumentados e que continuavam na lei — as sobretaxas de um Sr. Deputado que está aí sentado e que está em coligação consigo, o Sr. Deputado Paulo Núncio —…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ai sim?!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … saíam do nosso enquadramento legislativo, saíam do bolso dos portugueses, e no fim do dia as famílias tinham mais rendimentos.

Aplausos do PS.

Foi isso que fizemos em oito anos, Sr. Deputado. E também aumentámos o CSI (complemento solidário para idosos).

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nós aumentámos o CSI.

Protestos do PS.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — O caminho que vocês continuam a fazer, e ainda bem, começou atrás! Sabia?! Começou nos oito anos de governação do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Só que eu não vou dizer que vocês estão errados.

Aplausos do PS.

Eu não vou dizer que vocês estão errados! Ainda bem que vocês aumentam o CSI, nós fizemos exatamente o mesmo, e, na oposição, acompanhamos essas medidas. São opções políticas, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado voltou a fazer aqui uma intervenção demagógica, retórica, explicando aquilo tudo que o Partido Socialista não fez há 14 anos. Eu estou a explicar-lhe o que o PS fez há oito anos, há sete, há seis, há cinco, há quatro, há três, há dois, há um ano, e até na oposição, veja lá!

Aplausos do PS.

É a diferença! É a diferença!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Peça desculpa pela bancarrota! Assuma!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Nós estamos aqui para trabalhar pelos portugueses, seja no Governo, seja na oposição. Estamos aqui nos momentos difíceis e estamos aqui nos momentos em que sabemos que há condições para aumentar pensões, para garantir que os pais são respeitados pelo Governo… Todas estas dimensões são, para nós, fundamentais. Sr. Deputado, são opções! Não quer votar a favor das nossas propostas? Então, muito bem, diga aos portugueses que não quer respeitar os pais,…

Protestos de Deputados do PSD.

… diga aos portugueses que não quer respeitar os pensionistas, diga aos portugueses que não quer respeitar as forças de segurança.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é demagogia!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Por isso, se tudo do que estamos a falar é de aumentos estruturais para acompanhar os pais, de aumentos estruturais no rendimento dos pensionistas e das forças de segurança, pergunto-lhe — e já nem vou falar ao Chega — porque é que os Srs. Deputados não acompanham as propostas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à proposta de aditamento de um artigo 62.º-A — Aditamento ao Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Está inscrita a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, a quem dou a palavra.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal pediu a avocação desta proposta, que é um choque fiscal para o arrendamento, precisamente a pensar nos professores, nestes jovens e nos pais destes jovens.

Em Portugal, o arrendamento sempre foi o parente pobre. Chegou a hora de pormos o arrendamento na ordem do dia para fazermos face à maior emergência nacional, que é a crise da habitação.

A forma mais rápida de trazermos mais oferta é pelo arrendamento. Segundo os Censos de 2021, há 485 000 casas vazias, com condições de habitabilidade, em Portugal. Paremos de perseguir e façamos um choque fiscal, para que estas casas venham a ser arrendadas por quem precisa, nomeadamente os nossos jovens, que saem de casa dos pais mais tarde do que a média europeia. Casas fechadas e sem contratos de arrendamento nos últimos cinco anos, que passem a estar isentas de impostos durante cinco anos: dinamiza o arrendamento, diminui o risco, traz mais casas para os arrendatários e combate a informalidade.

É uma emergência nacional, meus senhores, façamos aquilo que os portugueses precisam.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não há mais inscrições para intervenções relativamente aos artigos que foram avocados.

Portanto, pedia a todos os Srs. Deputados para fazerem o respetivo registo, pedindo a abertura do sistema para o efeito de verificação do quórum e das presenças. Se algum dos Srs. Deputados tiver alguma dificuldade que a faça anunciar, para que fique assinalada a sua presença e podermos passar ao ponto das votações, que, como sabem, vão ser feitas artigo a artigo. Pedia, portanto, que houvesse especial atenção e que alguma manifestação de regozijo, ou não, só aconteça mesmo no final de tudo.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não há muitas!

O Sr. **Presidente**: — Ou de não regozijo. Tem razão, eu sou equidistante, tenho de considerar as duas partes em causa.

Todos os Srs. Deputados conseguiram registar-se? Não há nenhum problema?

Pausa.

Então, encerramos aqui a verificação para efeitos de quórum.

Estão presentes 185 Sr.as e Srs. Deputados, e vamos passar às votações.

Começamos pelo artigo 17.º…

Pausa.

Só 1 segundo, para que se possa seguir o respetivo guião.

Pausa.

Muito bem, no âmbito do artigo 17.º — Contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença, da proposta de lei, coloco à votação a proposta 78-C, do Livre, de aditamento de um n.º 10.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Não havendo objeções, passamos à votação da totalidade do artigo 25.º — Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou de rutura.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e da IL.

Vamos votar a proposta 1379-C1, do PS, que adita um artigo 28.º-A — Alteração ao sistema remuneratório dos militares da Guarda Nacional Republicana.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Aplausos de Deputados do PS.

Sempre havia regozijo, Sr.ª Deputada. Está a ver?
Votamos agora a proposta 1379-C2, do PS, que adita um artigo 28.º-B — Alteração ao estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Passamos à votação da proposta 1379-C3, do PS, que adita um artigo 28.º-C — Aditamento ao estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Prosseguimos com a votação da proposta 47-C, do PCP, que adita um artigo 38.º-A — Atualização de pensões.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Temos agora a votação da proposta 1025-C, do PSD e do CDS-PP, que adita um artigo 38.º-A — Suplemento extraordinário das pensões.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra da IL e as abstenções do PS, do L, do PCP e do BE.

Seguimos de imediato com a votação da proposta 1366-C, do PS, que adita um artigo 38.º-A — Atualização extraordinária de pensões.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Votamos seguidamente a proposta 1619-C1, do PS, que adita um artigo 38.º-A — Alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Passamos a votar a proposta 1619-C2, do PS, que adita um artigo 38.º-A — Alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Vamos agora proceder à votação da proposta 1836-C, do PSD e do CDS-PP, que adita um artigo 38.º-A — Subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O PS abstém-se, e depois fala em demagogia!

O Sr. **Presidente**: — Fazemos agora a votação da proposta 58-C2, do Livre, que adita um artigo 38.º-B — Subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Seguimos com a votação da proposta 105-C, do Chega, que adita um artigo 46.º-A — Atualização adicional das pensões.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L, do BE e do PCP.

Votamos de imediato a proposta 157-C, do Chega, que adita um artigo 46.º-A — Critério de priorização no acesso às creches.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do PAN e os votos a favor do CH e do JPP.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, peço desculpa por interromper. Queria apenas retificar o sentido de voto do Bloco de Esquerda na votação anterior, na proposta 105-C, do Chega: é a favor, e não abstenção.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, mantendo-se a proposta rejeitada — não altera o resultado da votação.

Passamos à votação da proposta 161-C, do Chega, que adita um artigo 46.º-A — Reconhecimento de profissão de desgaste rápido aos profissionais motoristas de veículos pesados de mercadorias e de passageiros e maquinistas.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

Votamos agora a proposta 668-C, da IL, que adita um artigo 60.º-A — Criação das contas-poupança isentas de impostos.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do PAN, os votos a favor do CH e da IL e a abstenção do JPP.

Segue-se a votação da proposta 1242-C2, da IL, que adita um artigo 62.º-A — Aditamento ao Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do PAN e do JPP.

Srs. Deputados, não temos mais votações.

Pausa.

Alguém pediu a palavra?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, é apenas para registar que estou presente. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado. Mais alguém?

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Sr. Presidente também estou presente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

A Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves pediu a palavra?

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (IL): — Sr. Presidente, desculpe, estou presente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada

Está tudo?

Pausa.

Pedia a atenção dos Srs. Deputados, porque vamos fazer agora a votação da concessão dos processos de urgência.

Pausa.

Começamos por votar o Projeto de Deliberação n.º 17/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 45/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e os votos contra do PCP e do BE.

Votamos seguidamente o Projeto de Deliberação n.º 18/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 34/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e os votos contra do PCP e do BE.

Foi retirado o Projeto de Deliberação n.º 19/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 40/XVII/1.ª (GOV).

Portanto, vamos passar à votação do Projeto de Deliberação n.º 20/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 41/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e os votos contra do PCP e do BE.

Terminadas as votações, vamos entrar agora no terceiro ponto da agenda, com a continuação do debate, na especialidade, do Orçamento do Estado.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos então dar início ao debate.

Começamos pelo artigo 63.º, relativamente ao qual dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil** (Rui Rocha): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A proteção civil é hoje um dos pilares essenciais da segurança e resiliência do País. O Governo assumiu, desde o primeiro dia, que esta área exige continuidade, seriedade e reformas estruturais e não respostas casuísticas nem medidas episódicas.

Quero por isso apresentar a estratégia do Governo para os próximos quatro anos, que assenta em quatro grandes eixos: reforma institucional, valorização dos bombeiros…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, peço desculpa por interromper, mas não estamos com condições para prosseguir.

Pedia o favor a quem estiver para sair que saia, quem estiver em pé que se sente e quem estiver a falar que fale, pelo menos, num tom mais baixo.

Pausa.

Faça favor de prosseguir, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Dizia, quero por isso apresentar, com clareza, a estratégia do Governo para os próximos anos, assente em quatro grandes eixos: reforma institucional, valorização dos bombeiros, modernização operacional e financiamento estável e transparente.

Estamos na fase final da revisão da lei orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, cujo modelo pretendemos ter em vigor no próximo DECIR (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais) de 2026, alicerçada num novo paradigma organizacional que permitirá reforçar a participação dos bombeiros na estrutura nacional, criar condições para uma coordenação mais eficiente e garantir coerência territorial e funcional do sistema. É uma mudança estruturante, discutida, participada e tecnicamente robusta.

Na sequência do trabalho desenvolvido no âmbito do grupo trabalho constituído no XXIV Governo Constitucional, visando a elaboração de uma proposta relativa à carreira de bombeiro, estamos a continuar essa

missão, acrescentando reuniões bilaterais com os principais intervenientes, entre os quais se destaca a Liga dos Bombeiros Portugueses.

Pretendemos desenvolver este trabalho em dois momentos. Primeiro, elaborando a estrutura da carreira e a sua correlação com as leis laborais para todos aqueles que têm contratos de trabalho com as associações humanitárias de bombeiros voluntários, até ao final do primeiro trimestre de 2026. Depois, perceber a forma como se introduz a tabela remuneratória associada, onde nos parece essencial a sua interação com os contratos-programa. Com os contratos-programa pretendemos garantir previsibilidade, sustentabilidade, ressarcimento efetivo e equidade entre as associações, integrando nesse modelo todos os apoios estatais. Para atingir este propósito, deveremos avançar para uma tipificação dos corpos de bombeiros mediante vários critérios, desde a análise do risco, passando pelas questões sociodemográficas ou de acessibilidade.

Pretendemos ainda garantir, nesta legislatura, a profissionalização da primeira intervenção, 24 horas, 365 dias por ano, envolvendo neste objetivo as 760 equipas de intervenção permanente que temos aprovadas neste momento. Este passo implica uma reflexão profunda sobre o modelo das equipas de intervenção permanente, tal como foi concebido em 2008, pois encontra-se desatualizado face às exigências atuais.

Em janeiro do próximo ano, será entregue a proposta de diretiva financeira e operacional do DECIR 2026 para que possa haver uma análise e discussão prévia com os parceiros — algo que não me recordo de ter acontecido no passado —, com o objetivo de estes dois normativos estarem aprovados até 31 de março do próximo ano.

Acrescento que estamos a providenciar para que no próximo ano tenhamos uma plataforma digital que agilize este processo face aos constrangimentos e limitações do SADO (Sistema de Apoio à Decisão Operacional), com vista a garantir o ressarcimento das despesas extraordinárias dos incêndios rurais em tempo

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Pretendemos, no mais curto espaço de tempo, reunir com o próximo Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses para que consigamos trabalhar no sentido da uniformização e harmonização dos benefícios fiscais e apoios sociais para todos os bombeiros de Portugal, independentemente do seu concelho de origem.

Vamos operacionalizar, no mais curto espaço de tempo e em colaboração com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Centro, o apoio de 10 milhões de euros que nos chegaram de Timor-Leste, que será direcionado para as regiões mais afetadas pelos incêndios deste ano, permitindo adquirir 50 novos veículos florestais de combate a incêndios, com a comparticipação estatal mínima de 75 %.

Estamos a atuar junto do Ministério da Economia e da Coesão Territorial para tentar garantir, na primeira reprogramação do Portugal 2030, uma nova linha de financiamento para infraestruturas e equipamentos, compensando o vazio deixado pelo PRR e pelas limitações atuais do Portugal 2030.

Quero recordar que, no Orçamento do Estado para 2026, está prevista a transferência de 37 milhões de euros para as associações humanitárias, no âmbito do Programa Permanente de Cooperação, representando um acréscimo de mais de 11,5 % em dois anos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Estamos ainda a analisar a forma de atingir, nesta legislatura, os 1000 operacionais na Força Especial de Proteção Civil, que hoje conta com 16 elementos e com uma recruta de 64.

Sr.as e Srs. Deputados, a proteção civil é um compromisso diário com a vida e com o País, e o Governo assume esse compromisso com rigor, verdade e responsabilidade. Não prometemos o impossível nem procuramos soluções fáceis, mas fazemos o que é necessário: reformar, modernizar, valorizar e garantir a estabilidade ao sistema e aos seus agentes.

Portugal merece uma proteção civil forte, os bombeiros merecem um Estado à altura do seu serviço e é isso que estamos a construir, com trabalho, seriedade e resultados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Alfredo farta-se de trabalhar!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o PCP traz a debate uma proposta fundamental para um IVA mais justo em termos da alimentação, da energia, das telecomunicações e dos combustíveis.

O que se pretende é aplicar uma taxa de IVA a 6 % para todos os alimentos, a eletricidade, o gás natural, o gás de garrafa e as telecomunicações. Trata-se, como sabemos, de um imposto indireto que pesa muito a tantas famílias e, por isso, o PCP contribui para aliviar esse peso.

Gostaríamos ainda de salientar a proposta de eliminação do IVA em relação ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, acabando assim com a dupla tributação. Não é aceitável a existência de um imposto que paga imposto. O PCP contribui assim para responder aos elevados preços dos combustíveis.

No entanto, é evidente que a solução passa, por um lado, pela regulação dos preços e, fundamentalmente, pelo controlo público do setor energético.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento mais uma vez os Srs. Membros do Governo e as Sr.as e Srs. Deputados.

Nestas propostas que o PAN traz hoje, procuramos colmatar não só uma injustiça do ponto de vista fiscal, como também uma grave ferida ética que continua a ser perpetuada neste Orçamento. Falo do IVA das touradas e da caça. Isto porque o mesmo Governo e os mesmos partidos que vêm aqui dizer que não há dinheiro para baixar o IVA da alimentação e da saúde animal são as mesmas forças políticas que perpetuam não só a baixa do IVA no acesso aos espetáculos tauromáquicos, como agora querem também baixar o IVA para a caça.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem, por causa do javali!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Há dinheiro para matar, não há dinheiro para cuidar. Isto é uma perversão e é, de facto, uma ferida ética absolutamente inaceitável neste Orçamento.

Temos, neste momento, as associações, as cuidadoras que todos os dias se levantam para alimentar os animais de rua…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os caçadores?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … a esbarrarem numa muralha burocrática que este Governo e a DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária) criaram no acesso aos apoios previstos no Orçamento do Estado para 2025. Não só não se consegue fazer as candidaturas — porque o prazo fixado foi de 15 dias — como foi criada uma distorção a este acesso, com exigências e limitações, para haver uma justificação para se dizer que a verba não foi esgotada. E depois vêm aqui, outra vez, tentar impor os abates dos animais de companhia.

É absolutamente inaceitável o caminho que sabemos que este Governo e os seus amigos do *lobby* da caça querem vir impor ao País. O País não vai aceitar que este Governo volte a abater os nossos melhores amigos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, é o PAN!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Nem o País nem o PAN!

Cá estaremos, mesmo sendo uma Deputada única.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, «cá estarei»!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não, «cá estaremos», sim senhor, porque este lugar pode ser de uma Deputada, mas é o lugar da sociedade civil que não aceita que se volte a abater animais em Portugal.

Por isso mesmo, o PAN insiste na descida do IVA na alimentação e na saúde animal. E também queremos corrigir as injustiças da norma do Orçamento do Estado que não tem nem prazos fixados, nem critérios, nem a atualização dos valores.

O Governo tem competências expressamente atribuídas por lei nesta matéria e tem de as cumprir. E o País cá estará para exigir isso do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao artigo 63.º-A.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o custo de vida em Portugal continua a subir e esta é cada vez mais a prioridade de quem vive no nosso País: ter um custo de vida mais baixo.

O IVA é um imposto cego. Não distingue rendimentos, não distingue necessidade, cai sobre todos de forma igual. Se falarmos, e bem, da redução do IVA no cabaz essencial, então temos de falar também da taxa máxima, que Portugal insiste em manter nos 23 %, sendo uma das mais elevadas da Europa. Esta taxa pesa mais sobre quem tem menos, é injusta, é desproporcional e é socialmente regressiva.

Se este Governo gosta tanto de se apresentar como reformista, então aqui está uma verdadeira reforma: o Livre propõe a redução gradual do IVA máximo para 21 %. Não é radical nem é irresponsável, é alinhar com Espanha e com outros países europeus, é aliviar as famílias, é fortalecer a economia real e é disso que o País precisa.

Sabemos que baixar o IVA só produz efeitos reais se chegar ao consumidor, mas isso não é automático nem é garantido.

Por isso, o Livre propõe um mecanismo de acompanhamento robusto, envolvendo a Autoridade Tributária, o Instituto Nacional de Estatística e a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), com três funções essenciais: primeiro, monitorizar os preços após a redução; segundo, publicar relatórios periódicos sobre preços e margens; terceiro, garantir que a redução se traduz em benefícios reais para as pessoas, porque a transparência e o escrutínio são indispensáveis para que esta reforma produza efeitos reais na vida das pessoas e não apenas no papel.

Ouvimos sempre os mesmos argumentos: «é demasiado caro», «beneficia quem não precisa», «o impacto é marginal». Pois bem, se esses são os argumentos, o Livre apresenta uma solução adicional, uma solução totalmente direcionada às famílias mais pobres: devolver-lhes todo o IVA que pagam em bens essenciais, euro por euro. A Autoridade Tributária identifica, soma o IVA ao longo do ano e o dinheiro cai diretamente na conta das famílias, sem burocracia, nem candidaturas, nem falhas. Se o Governo diz que não se deve baixar o IVA porque não chega ao consumidor, então aqui tem uma solução que vai — e vai mesmo! — beneficiar as pessoas.

Mas não ficamos por aqui, porque falar de IVA é falar de justiça social e também de justiça climática. Por isso, o Livre propõe reduzir o IVA nos equipamentos de climatização sustentável e nos painéis solares, exatamente aqueles que o Governo voltou a colocar à taxa máxima.

Num País onde milhões passam frio no inverno, onde a pobreza energética é estrutural, o Governo escolhe encarecer soluções eficientes e a energia limpa, escolhe o contrário do que Portugal precisa.

O Livre escolhe outra coisa, escolhe proteger as famílias, escolhe aliviar o custo de vida, escolhe acelerar a transição energética. É isso que este Orçamento do Estado devia fazer, mas não faz.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao artigo 63.º-A.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Oliveira, do PSD.

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, este Orçamento assenta na responsabilidade e no equilíbrio.

Perante o que temos vindo avaliar a propósito da proposta do Chega — e não só do Chega, mas vou especificar essa proposta — com vista à redução do IVA da energia, diria o seguinte: colocar toda a eletricidade e todo o gás natural na taxa reduzida de IVA não é uma medida de alívio fiscal, é um convite direto ao rombo orçamental.

De facto, é extraordinário: os Srs. Deputados do Chega fazem discursos inflamados contra a despesa e depois trazem propostas que custariam centenas de milhões de euros.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Só esta proposta que os senhores apresentam seria o suficiente para entrarmos em défice.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde está o relatório? Quanto custa?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quatrocentos e oitenta milhões!

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — De facto, querem tudo. Querem menos impostos, mais despesa, zero compensações.

Voz do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Dizem que são os únicos que defendem as pessoas e as famílias, mas o que realmente fazem é atirar o País para o desequilíbrio, para depois poderem gritar bem alto, como estão a fazer agora. Isso não é responsabilidade, é populismo fiscal, pago por todos os contribuintes.

Srs. Deputados do Chega, isto não é uma competição. Com estas propostas não serão certamente os campeões do alívio fiscal. Serão, sim, campeões do descontrolo orçamental e do endividamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Por isso, o PSD não as aceita.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Governo aprovou ontem o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo. Portanto, parabéns. Não está cá a Sr.ª Ministra que tutela esta área, mas parabéns pelo mesmo.

Vou citar este plano do Governo, porque ele tem como visão — e, portanto, é a parte, o *slide* mais importante deste plano do Governo — «fazer de Portugal uma nação ativa e saudável, onde o desporto é direito de todos, motor de inclusão e excelência e marca distintiva da nossa identidade no mundo». Acho que, nesta Casa, ninguém discorda desta visão.

No diagnóstico e objetivos desse plano, lemos palavras como «reduzir o sedentarismo, aumentar a prática desportiva ao longo da vida, garantir mais oportunidades para as pessoas com deficiência». Volto a dizer: acho que, neste Parlamento, ninguém discorda destes objetivos e do diagnóstico que é feito.

Ora, se queremos acreditar nestas palavras e se queremos dar corpo a este diagnóstico e a esses objetivos, aqui está o momento para que esta Assembleia concorde e para que os partidos que suportam o Governo demonstrem coerência.

Enquanto o plano era apresentado ontem, ou propagandeado, o que é que acontecia nesta Casa? A proposta de reduzir, no IRS, as despesas com a prática desportiva foi chumbada e a isenção de IRS para bolsas desportivas atribuídas por associações distritais e regionais foi chumbada. Não vislumbro qual é a desculpa, mas vamos seguir em frente, porque há esperança. E porque é que há esperança? Porque ainda há propostas para serem votadas hoje à tarde, hoje à noite e depois amanhã.

Vozes do CH: — Amanhã, não!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Vou dar o exemplo de três propostas. A primeira proposta — e são todas da Iniciativa Liberal, peço desculpa, é dessas que eu vou falar…

Vozes do CH: — Amanhã, não!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Amanhã não, queria dizer, depois, na segunda-feira, peço desculpa. Para mim, é *twenty-four seven*.

Risos de Deputados da IL.

Primeira proposta: aplicar a taxa mínima de IVA à prática desportiva, aluguer de campos, equipamentos de treino, ginásios e bilhetes.

Se queremos que o desporto seja direito de todos e que o sedentarismo diminua, deixem de taxar quem treina, quem dedica tempo e dinheiro à prática da atividade física. Parece-me que está em linha com o plano do Governo, portanto o PSD e o CDS também vão votar a favor desta proposta.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Segunda proposta: isenção de IVA e ISV (imposto sobre veículos) na aquisição de veículos por associações e clubes de desporto para pessoas com deficiência. É desta área específica que estamos a falar. Se o plano fala de mais oportunidades para pessoas com deficiência, então facilitem-lhes esse acesso. Srs. Deputados, vão certamente votar a favor.

Depois há uma terceira proposta — esta, sim, para segunda-feira e não para sábado, como é óbvio —, que diz respeito ao reconhecimento dos guias de atletas com deficiência como agentes desportivos, com o respetivo estatuto fiscal. Parece-me que é das propostas de maior justiça que podem existir. Não consigo perceber que alguém vá votar contra esta proposta. É na segunda-feira. Fica o aviso, para estarem atentos.

Portanto, isto não é um favor, isto é coerência. Se realmente concordam com o direito ao desporto e com a inclusão e se querem uma nação ativa, só podem votar a favor. Até devem fazer um favor à Sr.ª Ministra, que também tutela a área da cultura e que hoje deu uma entrevista muito interessante onde disse: «Não serei eu a dizer o que é a cultura.»

Muito bem. E também não tem de ser o Governo a dizer o que é o desporto. Portanto, aprovem isto porque também pela via fiscal se faz o incentivo à prática desportiva e também se faz justiça social, sobretudo com quem tem deficiência, com quem precisa de apoio para a sua prática — quem o acompanha de mão dada também precisa de estar, de igual forma, contemplado nas regras fiscais.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Graça, do Partido Socialista.

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Sr. Presidente, o Partido Socialista propõe a redução da taxa do IVA sobre as transações de obras de arte dos atuais 23 % para os 6 %.

Trata-se de corrigir um erro na transposição, em 2025, da diretiva europeia para a legislação portuguesa, que terminou com os regimes especiais do IVA nos 27 Países-Membros.

O que temos hoje é que uma obra de um artista português que seja adquirida numa galeria em França, na Alemanha ou em Itália paga entre 7 % a 5 % de IVA, mas, em Portugal, a mesma obra paga 23 % de IVA.

A proposta do PS resolve este erro. Estamos, por isso, disponíveis para viabilizar todas as propostas que concorram para resolver este erro que prejudica a internacionalização do setor cultural, razão por que vamos solicitar o adiamento da votação deste artigo para a próxima semana.

O Ministério das Finanças talvez olhe para este debate e só veja números numa folha de *Excel*, mas a arte é a expressão maior da criatividade humana, é uma linguagem universal. Talvez por isso as duas ministras da cultura da AD tenham defendido publicamente a redução do IVA das transações de arte.

Aplausos de Deputados do PS.

Veremos qual o papel do Ministério da Cultura. Se tem poder ou se é apenas decorativo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Valente, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o mundo rural não é passado, é cada vez mais presente e é, inevitavelmente, o futuro que teima em nos alimentar.

O caminho para a afirmação do mundo rural deve ser feito sem tibiezas, e a sua camisola pode ser vestida tanto por quem o sente como por quem o compreende genuinamente. Mas não se trata apenas de paixão, pois há potencial e, se há potencial, temos a obrigação de o aproveitar.

Hoje, estamos a reparar mais uma injustiça e a pôr termo a uma flagrante e injustificada discriminação fiscal: as carnes e miudezas comestíveis beneficiam, no enquadramento do IVA, da taxa reduzida de 6 %, à exceção de uma: a carne de caça.

Atualmente, a transformação e a comercialização da carne de caça não trazem qualquer receita para o Estado. Por exemplo, a caça grossa abatida é imediatamente transportada para Espanha para depois regressar ao mercado português como produto final, deixando em Espanha todo o valor acrescentado. Esta situação penaliza sobremaneira um setor sustentável e que tem como sua grande força motriz o interior do País.

Reduzir o IVA da carne de caça de 23 % para 6 % vai estimular a criação de um modelo territorial adequado ao desenvolvimento da indústria das carnes de caça e ganhar competitividade em relação à indústria espanhola.

O resultado, Srs. Deputados, é coesão, é criação de valor local, é afirmação, mas mais importante ainda é proteção do território.

Srs. Deputados, contamos convosco para aumentar a receita do Estado, sem subir impostos. Contamos convosco para valorizar o mundo real e contamos convosco para dar mais oportunidades ao interior do País, que tanto e bem precisa.

Se um dia é da caça e o outro é do caçador, como se diz na gíria, hoje pode ser dia da caça, dia do caçador, mas, acima de tudo, será dia do mundo rural, caso assim os Srs. Deputados entendam acompanhar-nos nesta iniciativa legislativa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, este ano, o PSD e o CDS apresentam, em sede de especialidade, uma proposta para reduzir o IVA da caça de 23 % para 6 %,…

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

… porque a caça é campo, porque a caça é tradição e porque a caça faz parte da nossa identidade enquanto Nação.

Mas baixar os impostos sobre a caça é também bom para valorizar o interior e o mundo rural, é também bom para a coesão territorial e é também bom para a economia portuguesa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Desta forma, acabamos com uma discriminação fiscal absolutamente inaceitável.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Eu também gosto de perdiz, mas!…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, Srs. Deputados, nós queremos 6 % de IVA na caça, mas também queremos 6 % de IVA na casa.

Risos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Mais, de acordo com a informação do Governo,…

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

… a redução do IVA na casa vai aplicar-se aos projetos que já se tenham iniciado depois do anúncio do Governo,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … ou seja, depois do dia 1 de outubro de 2025.

Por isso, Srs. Deputados, quero dar-lhes uma novidade: em 2026, para além da redução do IRS e do IRC, vamos ter uma redução de IVA na caça e na casa.

Aplausos do CDS-PP.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é, de facto, um absurdo…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Um absurdo?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e uma inversão ética dos valores por que a nossa sociedade se deve pautar, quando vemos as duas forças que suportam o Governo querer baixar o IVA da caça e reduzir o mundo rural à caça.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Valente.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Faz parte!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não podemos ignorar as pessoas que protegem a floresta e procuram conservar a biodiversidade, e não é ao tiro, não é com uma caçadeira que o vamos fazer.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É falso!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Que fique também registado para a história que o partido de António Maria Pereira, que aprovou a Lei de Proteção aos Animais,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Somos um País livre!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … é o mesmo partido que vai negar a baixa do IVA da saúde animal e da alimentação animal, mas que depois bate no peito para defender o *lobby* da caça…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e os amigos da caça, que foram os mesmos que fizeram a chacina na Herdade da Torre Bela, que mataram mais de 500 animais, cujo crime continua a ser investigado.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Uma grande herdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Torre Bela é consigo!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.as e Srs. Deputados, já aqui vimos uma tentativa falhada do CDS de fazer bandeira da caça e da tauromaquia.

Protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

E, Sr. Deputado Paulo Núncio, já vimos o resultado que isso lhe trouxe. Não foi um resultado feliz, quando foi abalroado por uma pobre bezerra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era um bezerro!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Hoje, acabaram de dar foi um tiro nos pés, porque esta aprovação que as Sr.as Deputadas e os Srs. Deputados vão fazer vai sair-lhes muito cara, no futuro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o JPP traz uma medida de redução do IVA na casa, e não na caça.

Aquilo que propomos complementa a proposta do Governo, em sede do Orçamento do Estado, que fala no IVA reduzido para a construção de habitação colocada no mercado de venda.

O que propomos é um aditamento à lista proposta, incluindo as construções para habitação própria e habitação estável.

Colocámos também uma cláusula antiabuso de 24 meses, para preservar a neutralidade concorrencial face à promoção para a venda, garantindo que o benefício fiscal se dirige a quem efetivamente constrói para habitar, e não para comercializar.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 68.º, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha Pereira, do PSD.

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Governo da AD reduziu o IRS, permitindo às famílias e aos jovens a obtenção do maior rendimento disponível, reduziu o IRC, permitindo que as empresas tenham mais recursos para investimento, e tornou mais acessível o acesso à habitação para os jovens, com a isenção do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), na compra da primeira habitação, isenção do imposto do selo e concessão de garantia pública do Estado.

Neste Orçamento, não há aumento de nenhum imposto. Os escalões do IRS foram atualizados muito acima da taxa de inflação e, no IMT, os escalões foram atualizados considerando a inflação.

A Iniciativa Liberal, na proposta de alteração n.º 673, pretende atualizar os escalões do IMT em 14,61 %.

A aprovação desta medida, segundo o relatório da UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) que recebemos ontem à noite, conduziria a uma perda de receita de 71 milhões de euros, a que acrescem outras medidas da Iniciativa Liberal, que ascendem a mais de 1000 milhões de euros e sem a inclusão das medidas referentes ao IRS.

Protestos do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

A discussão orçamental exige responsabilidade de todos. Num Orçamento, tem de se fazer escolhas.

Protestos da Deputada da IL Angélique da Teresa.

Se a Iniciativa Liberal governasse, não aumentava o complemento social para idosos, não valorizava as carreiras da função pública, não investia na saúde.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, havia ainda dois pedidos de palavra relativamente ao artigo 63.º, mas alguma coisa se passou e não foram tidos em conta.

Assim sendo, voltamos ao artigo 63.º e, com um pedido de desculpa, começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, o IVA da restauração tem sido uma das grandes lutas do Chega desde a sua fundação. Nós continuamos a considerar que a restauração é fundamental, quer para a economia, quer para o turismo, em Portugal. E os empresários da restauração em Portugal continuam sobrecarregados de impostos. É trabalhar para pagar impostos, pagar impostos e pagar impostos. É isso que tem acontecido em Portugal. Portanto, aquilo que propomos é baixar o IVA da restauração para os 13 %. Isso iria beneficiar milhares de pequenos e médios empresários.

Protestos do BE.

Mas também sabemos que temos perante nós o Ministro das Finanças, que é o *Xerife de Nottingham*, porque quer sempre tirar aos pobres para dar aos ricos.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Disse bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Depois, além do *Xerife de Nottingham*, temos o *Príncipe João*, que é o Deputado Hugo Carneiro, que também não gosta nada de baixar impostos aos portugueses. Isto porquê? Porque eles não conhecem o País real. Não conhecem nada do País real, aquele País onde as pessoas continuam a trabalhar apenas para pagar impostos.

Este alívio fiscal era fundamental — repito, fundamental — para os pequenos e médios empresários. Podiam pagar mais aos seus empregados na restauração, que tanta vez recebem ordenados miseráveis, e isto seria um alívio fiscal fundamental.

Isto caberia também ao Partido Socialista. Seria curioso o Partido Socialista perguntar aos seus Deputados eleitos pela Guarda, eleitos por Castelo Branco — onde, inclusive, tem um ex-Secretário de Estado do Turismo —, eleitos por Bragança, eleitos por Portalegre, se são ou não a favor desta medida. Está na mão também do Partido Socialista aprovar esta medida que propomos aqui hoje.

Portanto, vamos ver, e os empresários da restauração em Portugal vão estar de olhos postos nesta Casa logo à tarde — vão estar de olhos postos quer no Partido Socialista, quer no PSD.

Protestos do PS.

Mas também já percebemos, com as votações de ontem, que voltaram as linhas vermelhas ao Partido Socialista. Não se esqueçam só de uma coisa: é que, quando as linhas vermelhas começaram, o Partido Socialista tinha 120 Deputados, e o povo já vos deu só 58. Portanto, se continuarem neste caminho, talvez fiquem com menos e menos e menos Deputados.

Aplausos do CH.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Olha para as sondagens!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Lina Pinheiro, tem a palavra, ainda sobre este artigo.

A Sr.ª **Lina Pinheiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, em Portugal, milhões de famílias têm nos seus animais de companhia uma fonte diária de afeto, estabilidade e saúde emocional. Cuidar deles não é um luxo, é uma responsabilidade, e essa responsabilidade está a ser punida com o IVA mais alto do País: 23 %.

Este imposto transforma cuidados básicos em escolhas impossíveis. Não estamos a falar de tratamentos raros ou cirurgias complexas, estamos a falar do essencial: esterilizar um cão de grande porte pode custar 180 € a 300 € e, só em IVA, uma família paga 40 €, 50 € ou até 60 €; uma vacina anual, um cuidado básico, chega facilmente aos 50 € ou 60 €, dos quais mais de 10 € são impostos; uma simples consulta pode atingir os 40 € ou 50 €, e muitos donos adiam, porque cada ida ao veterinário pesa como se fosse um serviço de luxo.

Quando as famílias são obrigadas a adiar, quem sofre não é o Estado, sofre o animal — sofre na dor que podia ser evitada, sofre na doença que podia ter sido prevenida, sofre no abandono que tantas vezes nasce do custo insuportável de tratar o que é básico.

É isto que tem de ficar claro: os cuidados essenciais estão a tornar-se inacessíveis para demasiadas famílias. Quando cuidar custa mais do que muitas carteiras aguentam, deixamos de ter um país amigo dos animais para ter um país que empurra para o sofrimento silencioso.

Protestos do PAN.

A proposta do Chega é simples, justa e urgente: reduzir o IVA veterinário para a taxa intermédia, permitindo que as famílias cuidem dos seus animais sem medo do fim do mês.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Hipocrisia!

A Sr.ª **Lina Pinheiro** (CH): — O Governo diz que quer defender as famílias. Pois, este é um teste. Não há *slogans*, não há campanhas, não há discursos que substituam esta decisão. Ou se está com as famílias e com os seus animais, ou se está com um imposto que transforma cuidados básicos em bens de luxo.

Os portugueses não se esquecem. Os animais não têm voz, mas nós temos, e hoje usamos essa voz para exigir justiça.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sobre a proposta de um artigo 68.º-A — Fundo Terra de Miranda, tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Ministério Público confirmou que a EDP (Energias de Portugal) tem mesmo de pagar os impostos das vendas das barragens, o que quer dizer que a EDP tem de pagar o que deve ao País: 335 milhões de euros.

Por isso, chegou a altura de a Assembleia da República pagar o que deve ao povo da Terra de Miranda, cumprindo uma promessa antiga, que é a de garantir que a verba dos impostos das barragens é direcionada para um fundo de desenvolvimento da região, como, aliás, o PSD propôs há anos e foi aprovado nesta Casa.

Falávamos há pouco sobre desenvolver o interior. O PSD e o CDS entendem que se desenvolve o interior baixando o IVA da caça.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E da casa também!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Nós entendemos que desenvolver o interior é dar 300 milhões de euros aos municípios das Terras de Miranda.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente à proposta de um artigo 70.º-A — Estudo sobre a tributação de pensões obtidas por novos residentes, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário, do PSD.

O Sr. **José Cesário** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é um prazer vir aqui intervir sobre esta matéria, uma questão que há tanto tempo acompanho. Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP propõem que o Governo, durante o ano de 2026, elabore um estudo adequado, profundo,…

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Mais um estudo…!

O Sr. **José Cesário** (PSD): — … sobre um regime fiscal aplicável a rendimentos de pensões auferidos por pessoas singulares de nacionalidade portuguesa que auferem pensões provenientes do sistema de segurança social de outros países.

É uma matéria que tem de ser tratada com toda a cautela, mas que, para o Grupo Parlamentar do PSD, é uma matéria absolutamente prioritária,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **José Cesário** (PSD): — … central, por dois motivos: em primeiro lugar, pelo impacto que ela terá, a prazo, nos chamados territórios de baixa densidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **José Cesário** (PSD): — Regiões como as do nosso interior, e não só, precisam de fixar pessoas com poder aquisitivo. É absolutamente fundamental que o façam, pois só assim poderemos desenvolver uma economia local capaz de corresponder às necessidades de repovoamento de zonas do território nacional que estão a ficar completamente desertificadas.

Mas há um segundo motivo, que tem a ver com a justiça que temos de fazer àqueles que foram induzidos a sair de Portugal para ganhar o seu pão, os nossos emigrantes, e que agora, no momento em que se veem a atingir a idade da reforma, sentem o apelo da terra, querem regressar à sua terra,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Cesário** (PSD): — … mas, evidentemente, sem os prejuízos que advêm de um sistema fiscal completamente desigual, nomeadamente dentro do espaço da União Europeia.

Por isso, aqui estamos, em nome do desenvolvimento do interior, em nome da coesão nacional e em nome dos interesses dos nossos reformados emigrantes. Tudo por Portugal, tudo por eles.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sobre a proposta de um artigo 72.º-A — Afetação da receita fiscal resultante da eliminação do desconto em vigor no imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, sabemos todos, os portugueses sabem todos, que há um desconto em vigor no imposto sobre os produtos petrolíferos que vale mais de 1000 milhões de euros para as famílias. Isso é muito importante para quando as famílias vão ao supermercado.

O **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento** (José Maria Brandão de Brito): — À bomba de gasolina!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sim, quando vão à bomba de gasolina, Sr. Secretário de Estado.

O Orçamento do Estado não diz grande coisa sobre esta matéria. Contudo, as intervenções do Sr. Ministro das Finanças já deixaram mais ou menos claro que este desconto é para acabar, que é para acabar com o desconto no ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos).

Ora, sabemos que as contas públicas previstas para 2026 estão presas por arames, portanto, a qualquer momento, durante o próximo ano, pode surgir uma qualquer portaria que faça transferir estes 1000 milhões de euros que estão no bolso das famílias para as contas públicas, para assegurar que elas têm, de facto, o resultado que o Governo quer.

Ora, o que nós queremos, com a nossa proposta, é que pelo menos aconteçam duas coisas: primeiro, que o Governo, se fizer o desconto, transfira esse desconto para baixar o IVA dos bens alimentares, para ajudar as famílias no supermercado; segundo, que o faça no Parlamento e não através de uma portaria do Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Adriana Rodrigues, do PSD.

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Diretiva 2003/96/CE estabelece mínimos de tributação para o ISP, os quais Portugal cumpre e ultrapassa. Ainda na semana passada, a Comissão Europeia reforçou que Portugal tem de reverter estes descontos na tributação dos combustíveis, reversão essa, aliás, que se iniciou com o Governo de António Costa.

Recordemos o processo: em 2016, o PS aumentou significativa e definitivamente o ISP; em 2022, durante a crise energética e depois de muita pressão política e pública, o PS reduziu temporariamente o ISP; finda a crise energética e antes de deixar o Governo, o PS iniciou a redução do desconto que tinha implementado, que o próprio definiu como temporário.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Estando agora na oposição, o Partido Socialista faz um duplo mortal à retaguarda,…

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Oh!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — … numa autêntica mudança de paradigma, e vem propor que a receita adicional que o Governo prevê obter com o fim do desconto temporário no ISP seja consignada à redução do IVA nos bens alimentares essenciais. Srs. Deputados, é uma desfaçatez só ao nível do PS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Ora, façamos de forma objetiva um exercício: qual foi o resultado, no passado, da redução do IVA no cabaz alimentar? Segundo a DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor), o impacto ficou aquém das necessidades e, apesar da descida inicial, alguns alimentos continuaram a ficar mais caros. A medida do IVA Zero beneficiou de forma universal todos os consumidores, incluindo os mais ricos, que dela não necessitavam — tudo para todos, à socialista! A medida custou cerca de 600 milhões de euros, que, segundo alguns críticos, como Mário Centeno, poderiam ter sido gastos em soluções mais eficazes e direcionadas aos mais vulneráveis.

Sr.as e Srs. Deputados, parte da receita do ISP já se encontra consignada, e bem, a projetos dirigidos ao apoio à agricultura familiar, à pesca tradicional e costeira, bem como ao Fundo Ambiental. Ou seja, já contribui para, de forma sustentável, transversal e holística, promover a diminuição dos preços dos bens alimentares, ao mesmo tempo que promove a economia primária e secundária.

Já o PS, com esta proposta, só contribui para promover a sua falta de coerência.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Nós queríamos distribuir ao Parlamento, pedíamos ao Sr. Presidente que o fizesse, um estudo do Banco de Portugal que demonstra que a redução do IVA nos bens alimentares teve um impacto positivo.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.

O Sr. Deputado Rodrigo Saraiva tem a palavra, sobre a proposta de um artigo 73.º-A — Alteração à Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, vamos falar da proposta da Iniciativa Liberal para tornar a contribuição audiovisual voluntária.

Isto não é uma proposta sobre a privatização da RTP (Rádio e Televisão de Portugal), não é uma proposta sobre o conceito de serviço público, não é uma proposta sequer sobre o fim da contribuição audiovisual — tudo debates que a Iniciativa Liberal já trouxe a esta Casa.

Mas hoje não é sobre isso. Hoje, é um debate sobre liberdade de escolha e autonomia; autonomia, neste caso, da RTP.

Protestos do L.

Portanto, não é sobre a contribuição audiovisual, nem sobre o absurdo da contribuição audiovisual, porque todos pagam, várias vezes, consumam ou não consumam.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Só paga quem quer!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Os Srs. Deputados do Livre, se querem falar sobre o absurdo da contribuição audiovisual, eu sugiro que falem com o Partido Comunista Português, que vai explicar muito bem qual é o absurdo.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

É que o Partido Comunista Português, neste Orçamento do Estado, tem uma proposta para isentar as autarquias da contribuição audiovisual. Portanto, fiquem aí a conversar à esquerda, pode ser que percebam alguma coisa.

Voltemos à proposta, que é, sobretudo, uma proposta de justiça, porque há IPSS (instituições particulares de solidariedade social) a pagar a contribuição audiovisual, há órgãos de comunicação social a pagar a contribuição audiovisual, há autarquias a pagar a contribuição audiovisual, e alguns pagam uma, duas, três vezes. Até as PME (pequenas e médias empresas)! Faz muita comichão aos senhores, mas até as pequenas e médias empresas pagam. Isto é um custo adicional.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Vou só dar um exemplo, porque, Orçamento após Orçamento, estão sempre a falar de dar apoio à imprensa local, à imprensa regional, que concordamos que precisam muito de apoio.

Então, vamos dar um exemplo: uma rádio local, ou uma rádio numa ilha dos Açores, até porque não tem autorização para o aumento de potência, para além da contribuição audiovisual do contador da redação e dos estúdios — uma vez que não conseguem ter apenas uma antena, precisam de ter duas ou três, para, pelo menos, a sua própria ilha ter acesso à rádio —, paga as seguintes contribuições audiovisuais: uma para a redação, duas do segundo emissor, três do outro emissor, e se ainda tiver outro emissor, já serão quatro contribuições audiovisuais.

Protestos do Deputado do PS Francisco César.

Aliás, há aqui um outro problema: é que sobre o valor da contribuição audiovisual, há depois o IVA. Eu sei que os senhores do PSD vão ficar muito preocupados e dirão: «Ai, que lá vai a receita do IVA!» Os senhores não conseguem reformar o Estado e baixar a despesa pública e depois ficam preocupados com a redução da despesa. Mas tenham sempre presente uma coisa: enquanto houver impostos para baixar, a gente vai continuar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Fiscalidade *à la carte*!

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao artigo 74.º — Contribuição sobre o setor bancário.
Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vamos ali ao restaurante, quem quiser paga e quem não quiser não paga!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, dizem-nos o PSD e o CDS que haverá aumento de pensões se o crescimento económico permitir, mas a mesma lógica não se aplica a muitas outras decisões do Orçamento do Estado.

O Orçamento do Estado podia dizer que haverá descida do IRC se o crescimento económico a puder pagar. Haverá a devolução do imposto à banca se o crescimento económico permitir essa receita. Mas nada disso é uma decisão do Orçamento do Estado. A única coisa que fica dependente do crescimento económico é o aumento das pensões.

Por isso, para resolver esta enorme injustiça e para resolver também um problema que o Governo diz ter — pois o Governo diz que o imposto extraordinário sobre os bancos foi declarado inconstitucional e, por isso, eles não querem, mas são obrigados a devolver 400 milhões à banca —, nós reforçamos a contribuição sobre o setor bancário compensando a eliminação do imposto à banca.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está mal feito! É inconstitucional!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E talvez assim seja possível às famílias passarem a deduzir os juros do crédito à habitação. Talvez assim seja possível aumentar o subsídio de refeição. Talvez assim seja possível aumentar as pensões.

Tudo na vida são escolhas, Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, vimos aqui defender uma medida de elementar justiça fiscal — o aumento de 10 % da contribuição extraordinária sobre o setor bancário.

Não se trata de vingança; trata-se de equidade,…

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Menos no IRC!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — … trata-se de responsabilidade.

Esta contribuição existe desde 2011, foi criada para que a banca ajudasse a recuperar o País depois da crise e cumpriu em parte esse objetivo. Mas o contexto mudou, e muito. Hoje os bancos apresentam lucros recorde, margens financeiras que explodiram com a subida das taxas de juro, enquanto as famílias portuguesas se afundavam em prestações impossíveis de pagar, e o poder de compra desaparece a cada mês.

Isto é uma injustiça gritante: os cidadãos apertam o cinto, as pequenas empresas lutam com o crédito caro e o setor que mais lucra fica à margem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Por isso, dizemos que um aumento de 10 % é mais do que moderado — é justo. Não é uma medida confiscatória, pois os bancos não vão falir, vão continuar a lucrar, mas é preciso dizer que ninguém está acima do esforço coletivo. Quem lucra sobre a instabilidade criada para todos tem o dever de retribuir à sociedade. A esse recurso devem servir a educação, a saúde, a habitação e o apoio social.

Caras e caros Deputados, temos uma escolha clara: ou deixamos o setor da banca colher sozinho os frutos da crise, ou afirmamos que a justiça fiscal é a base de qualquer democracia decente.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — No âmbito do artigo 78.º — Alteração ao regime da contribuição extraordinária sobre o setor energético, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Marta Silva.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo, os portugueses pagam a saúde múltiplas vezes. Pagam com os seus impostos para sustentar o SNS, pagam quando não conseguem aceder ao mesmo e são empurrados para o setor privado e pagam, ainda, para manter um sistema que acha que pode responder a todos, incluindo a quem nunca contribuiu com 1 cêntimo para o financiar. Isto não é solidariedade, é uma injustiça fiscal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Portanto, a nossa proposta é muito simples, é clara e moralmente inatacável: aumentar para 20 % o valor dedutível em IRS das despesas com saúde até um limite de 1500 € por agregado familiar. Ou seja, devolve às famílias parte daquele esforço que fazem para garantir o acesso à saúde — aquilo em que o Estado lhes falha todos os dias.

Porque a verdade é esta: o SNS está capturado por má gestão, por desperdício, fraude, abusos massivos e por um sistema que se tornou insustentável. Quem é que paga? Os mesmos de sempre — os contribuintes portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — E é bom referir que quem é obrigado a recorrer ao setor privado está também a prestar um serviço ao Estado, que lhe falhou. Está a poupar recursos públicos, está a garantir que outros possam ser atendidos e, ainda assim, é castigado mais uma vez fiscalmente.

Portanto, o Chega recusa este modelo hipócrita em que o contribuinte é sempre o elo mais fraco e o Estado nunca é responsabilizado. Esta proposta 274-C é, portanto, uma correção de uma injustiça que é gritante. Votar contra ela é dizer às famílias portuguesas que não merecem alívio fiscal…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — … e que devem continuar a pagar em silêncio por um sistema que lhes falha todos os dias.

O Chega está do lado de quem trabalha, de quem desconta e sustenta este País. E os partidos que hoje voltarem a votar contra esta proposta — leia-se, PSD, CDS e PCP — ficarão claramente identificados perante os portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao artigo 80.º — Disposições transitórias relativas a obrigações fiscais.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Célia Freire, do PSD.

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a AD tem apresentado várias medidas de apoio à economia, às nossas empresas e, em especial, às pequenas e microempresas, que são a grande base do tecido empresarial português.

Uma dessas medidas, através desta proposta de alteração, visa a eliminação do agravamento das tributações autónomas no caso das empresas que apresentam prejuízos fiscais, cumprindo assim o acordo tripartido da valorização salarial e crescimento económico, celebrado em concertação social.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Esta proposta enquadra-se na política de redução da carga fiscal sobre as famílias e as empresas e estimula o incremento da competitividade e da produtividade, que tem sido um dos marcos da governação da AD.

No ano passado, iniciámos a redução do IRC e este ano, antes mesmo do Orçamento, assegurámos a continuidade dessa redução, que é um importante fator para a atratividade do investimento em Portugal.

Esta medida reforça esse nosso compromisso de tornar a nossa economia mais competitiva, estimulando o crescimento económico. E os resultados estão à vista: a nossa economia cresce o dobro da média europeia, e assim queremos continuar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, por proposta do PSD e do CDS, o agravamento da tributação autónoma para as empresas que apresentem prejuízos fiscais não será aplicado durante o ano de 2026.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta medida visa apoiar, por um lado, as *startups*, as empresas que tenham início de atividade nos últimos dois anos, mas, em particular, as pequenas e médias empresas que apresentam, muitas vezes, prejuízos nos seus exercícios.

Não só a redução do IRC se aplica às micro, pequenas, médias e grandes empresas, como esta medida, em concreto, também visa, particularmente, as pequenas e médias empresas.

E é uma medida que concretiza o acordo tripartido que foi atingido na concertação social entre o Governo e os vários parceiros sociais. Reduz impostos às empresas, principalmente às pequenas e médias empresas, e dá cumprimento a um acordo que foi assinado com os parceiros sociais, desde os sindicatos às confederações patronais.

Este é um Governo e esta é uma maioria que dão importância e que dão relevância à concertação social, ao contrário do que aconteceu no tempo do Governo socialista e, em particular, dos Governos da geringonça, que muitas vezes legislavam matérias aqui, no Parlamento, sem darem o mínimo cavaco aos parceiros sociais, a começar pelos sindicatos e a acabar nas confederações patronais.

Pelo contrário, nós, Governo e maioria, damos importância à concertação social, aos acordos que foram celebrados e assinados na concertação social, quer nas medidas sociais, quer, no futuro — e espero bem que seja esse o caso —, na próxima reforma laboral.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, no âmbito da proposta de aditamento de um novo artigo 75.º-A — Aumento da quota de mercado dos medicamentos genéricos, passou-nos a inscrição da Sr.ª Deputada Sofia Fernandes. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Sofia Machado Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o aumento da quota de mercado dos medicamentos genéricos é imperioso para este Governo.

A venda destes medicamentos permite enormes poupanças não só para os portugueses, mas também para o Estado.

Entre 2011 e 2015, o Governo do PSD subiu a quota de mercado destes medicamentos de 31 % para 47 %, correspondendo a uma subida de 56 %.

Só em 2024, com o Governo da AD, os medicamentos genéricos permitiram poupar um valor recorde de 670 milhões de euros, com um aumento de 90 milhões de euros face a 2023.

Entre 2011 e 2024, note-se, os medicamentos genéricos já permitiram uma poupança acumulada de 6530 milhões de euros. Este é o número mais alto de sempre em 14 anos de contabilização.

Sr.as e Srs. Deputados, neste como em tantos outros exemplos de governação, depois de uma quase estagnação de quase nove anos de Governos do Partido Socialista, este Governo traz um novo ímpeto de progresso, de eficiência e serviço público, na melhoria da qualidade de vida dos portugueses, na qualidade e na sustentabilidade do serviço público prestado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora passar ao artigo 81.º — Prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal tinha-se inscrito para intervir no âmbito do artigo 79.º. Se for esse o caso…

O Sr. **Presidente**: — Pode ser que seja o caso, mas aqui está ao acaso… portanto, não está.

Risos.

Mas, Sr. Deputado, no seguimento do que já fizemos anteriormente, faça favor, e peço desculpa. Deve ter estado em trânsito entre o meu lado direito e o meu lado esquerdo, aqui, na conjugação das inscrições.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mesmo País em que 80 % da população ganha menos de 1500 € por mês, as multas por infrações tributárias, mesmo sem dolo, podem ir até 22 000 € para pessoas e 45 000 € para empresas.

Coisas tão pequenas como atrasos na entrega da declaração do IVA — já agora, uma declaração com informação que o Estado já tem — podem resultar numa coima entre 150 € e 3750 €. Estas multas desproporcionais são impostas mesmo quando as pessoas cumprem as suas obrigações voluntariamente e com pouco tempo de atraso.

As multas são despesas inesperadas em orçamentos familiares, muitas vezes apertados, já em circunstâncias normais. Um esquecimento, uma distração ou mesmo um problema nos sistemas podem desequilibrar o orçamento de uma família.

Srs. Deputados, nada disto é justo, nada disto é proporcional. As multas por pequenos atrasos ou incumprimentos já seriam desproporcionais mesmo se o Estado português tivesse autoridade moral para as impor, mas o Estado português não tem autoridade moral.

O Estado português é das entidades que mais se atrasa no pagamento a fornecedores. O Estado português falha de forma constante no cumprimento das suas próprias leis, às vezes durante anos a fio. Tudo isto sem consequências, mas para as pessoas há sempre consequências.

É este mesmo Estado, sem autoridade moral nem política por ser o maior infrator, por ser o maior devedor do País, que tenta punir as pessoas e as empresas com multas de centenas, milhares de euros, por pequenos atrasos, por enganos ou mesmo falhas do próprio Estado.

É importante, por isso, que o Estado dê aos portugueses um décimo da tolerância que lhes pede todos os dias e que hoje aprovemos a redução destas multas em caso de pagamento voluntário.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 81.º, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, um dos objetivos centrais do Governo é aumentar a produtividade em Portugal.

Portugal é um país que apresenta níveis e índices de produtividade relativamente baixos face aos restantes países da Europa…

Protestos do L e do PCP.

… e este é um elemento essencial para que Portugal seja um país mais competitivo, porque só com mais produtividade…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Semana de quatro dias!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … Portugal é capaz de ser um país mais rico. E, sendo um país mais rico — que é uma coisa que a esquerda não percebe —…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem quer! Só quer é pobres! Enquanto houver pobres há esquerda!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — …, pode ser um país socialmente mais justo.

Protestos do L e do PCP.

E é isso que a esquerda não percebe: precisamos primeiro de criar riqueza e só depois é que a podemos distribuir, caso contrário, voltamos às situações de bancarrota de 2011, que os senhores bem conhecem e que os senhores também promoveram.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Neste sentido, o Governo apresenta neste Orçamento, uma vez mais, o prémio de produtividade isento de IRS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isento de IRS para o trabalhador.

Vozes do L: — E salários?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E é justo que o trabalhador que se esforça mais, o trabalhador que trabalha mais, o trabalhador que passa mais horas ao serviço da empresa tenha um prémio de produtividade isento de IRS.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ou seja, que receba o seu ordenado líquido de IRS, líquido de impostos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não é líquido, é isento!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É que, para nós, é premiando o mérito, é premiando o esforço, é premiando a exigência, é premiando os resultados que construímos uma sociedade mais justa e uma sociedade mais competitiva.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

E, com esta proposta, dizemos aos portugueses e, em particular, aos nossos jovens: «Em Portugal, o trabalho e o esforço começam a compensar.»

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 84.º, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Seco, do Chega.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, por trás de cada número, de cada gráfico, há uma vida. Isto é, existe alguém que trabalhou toda uma vida para erguer este País.

Em Portugal temos, hoje, cerca de 2,4 milhões de pessoas que deram tudo e que agora, quando mais precisam, estão a ser deixados para trás. E, afinal, quem cuida deles? Em muitos dos casos são mesmo as suas famílias. Famílias que, neste momento, fazem os possíveis e os impossíveis com orçamentos que já não esticam rigorosamente mais.

Famílias que pagam a habitação a preços absurdos, a alimentação pela hora da morte, despesas de saúde que crescem todos os meses e ainda os lares, que se tornaram um encargo praticamente impossível e insuportável para milhares de famílias portuguesas.

Hoje, em Portugal, cuidar de um idoso é um ato de afeto familiar, sim, mas é também um ato de sacrifício financeiro. Por isso, a nossa proposta 276-C não é técnica, não é meramente fiscal, é humana e, sobretudo, moral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Propomos que as despesas com lares passem a ser dedutíveis em sede IRS em 40 %, com um limite máximo de 500 €. É uma forma de dizer às famílias: «Vocês não estão sozinhas.» É uma forma de dizer aos nossos idosos: «Nós não vos esquecemos.»

Sr.as e Srs. Deputados, como podemos olhar para o futuro se não honramos aqueles que construíram o nosso passado? Como podemos pedir confiança às famílias se não lhes damos um mínimo de justiça e dignidade?

Hoje temos a oportunidade de fazer aquilo que é certo: aprovar uma medida simples, justa e, sobretudo, necessária. Está nas vossas mãos garantir um gesto político de proteção de quem merece ser protegido. Apoiem esta proposta, apoiem as famílias e, sobretudo, apoiem os nossos idosos.

Sobretudo, dignifiquem o vosso mandato, apoiando os seniores portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 87.º, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega. Faça favor.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, já falámos hoje diversas vezes acerca da questão de criar riqueza e, só depois, a distribuir.

Não posso deixar de lamentar que, ao longo da última semana, quer nesta Assembleia da República quer mesmo na imprensa, não tenham feito uma menção ao cerco que a esquerda fez a esta Assembleia da República, em 1975, limitando o trabalho parlamentar. Nessa altura, os sindicatos, manietados pela esquerda e a extrema-esquerda — como hoje o continuam a fazer —, limitavam a ação e o trabalho desta Assembleia. Passados estes anos, continuamos nesta retórica.

Falemos da derrama estadual.

Vozes do L e do PCP: — Ah!…

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Neste período de 1975 tínhamos o Partido Comunista com força e tínhamos, essencialmente, uma rábula de Ivone Silva, que dizia que era «difícil ter dormido na noite longa do fascismo,…», como eles lhe chamavam, «…adormecido do CDS e acordado do PCP.» — que, nessa altura, não entendi — e entrava num confronto ideológico que, hoje em dia, consigo rever em Joaquim Miranda Sarmento.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Joaquim Miranda Sarmento, em 2021, assinou um documento, que peço que seja distribuído a esta Casa, que dizia, basicamente, «uma reforma fiscal para o século XXI», e que estava de acordo com a nossa posição em relação à redução séria da derrama estadual.

Hoje, Miranda Sarmento-patroa, já não Miranda Sarmento-costureira, tem uma visão completamente diferente e acha que deve ser progressivo e que, ao longo dos tempos, lá iremos falar sobre isto.

Os senhores esquecem-se, inclusive, daquele tempo em que estavam no Governo e conseguiram trazer — e bem — para Portugal empresas como a Autoeuropa, e ainda não perceberam que têm de deixar aquela retórica da esquerda, porque da social-democracia cai-vos sempre o pé para o socialismo. E os senhores têm de perceber que, se não tivesse existido essa visão que tiveram no passado — em 2021 e mesmo lá atrás —, hoje não teríamos empresas como a Autoeuropa, que contempla 2 % do PIB (produto interno bruto).

Aceitem a nossa proposta e revejam, de facto, o que estão a fazer para não serem «costureiras» até ao final da vida.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Lembro que o tratamento entre os Deputados deve ser, como diz o Regimento, de «Sr.as e Srs. Deputados».

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Como é que era na flotilha, tratavam-se por «tu»?

O Sr. **Presidente**: — Portanto, vamos tentar que não seja de outra forma.

Sobre o artigo 89.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Botelho, do Partido Socialista.

O Sr. **Jorge Botelho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o processo de descentralização de competências já vem desde 2018.

Nós temos muitas competências passadas e agora — não sei se as comissões têm reunido, mas nós não temos conhecimento disso, de qual é o resultado — o Parlamento e o País precisam, verdadeiramente, de fazer uma avaliação do processo de centralização de competências. Até neste Orçamento temos uns mapas

financeiros com algum volume, algum lastro financeiro das competências passadas para as autarquias e das autarquias para os municípios.

Por isso, uma das propostas que apresentámos neste Orçamento do Estado é que o Governo, nos primeiros seis meses deste ano, mande fazer um relatório de monitorização que ponha os prós e os contras, o que está bem e o que está mal, aquilo que temos de mudar e melhorar no processo da descentralização de competências.

Ao mesmo tempo, também fizemos uma proposta de alteração, para que o Estado central coloque em todos os contratos que firme com as autarquias locais uma data de pagamento, que o Estado coloque um prazo de pagamento e que esse prazo de pagamento por défice seja, no máximo, de 60 dias, porque sabemos que há atrasos e esses atrasos complicam sobremaneira a gestão financeira das autarquias.

Finalmente, também fizemos uma proposta para que o Governo ponha uma norma, como punha no ano passado no Orçamento do Estado, mas que este ano não contempla, que tem a ver com o seu compromisso sobre o processo de execução das escolas no processo de descentralização de competências de educação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sobre este artigo também, Sr. Secretário de Estado da Administração Local, pode tomar da palavra. Faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território** (Silvério Regalado): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, sobre o processo de descentralização de competências, como sabe, é objetivo do Governo, está no Programa do Governo, aprofundar o processo de descentralização de competências. Esse trabalho de acompanhamento da descentralização de competências já existe e é feito através da Direção-Geral das Autarquias Locais.

Contudo, entendemos que os municípios precisam de ver reforçadas as suas competências, mas também reforçado o seu envelope financeiro. Por isso, como sabe, o Governo está a preparar para que, no próximo Orçamento do Estado, já possamos discutir o Orçamento do Estado com uma nova lei das finanças locais. Isto já foi anunciado, por diversas vezes, por diversos membros do Governo — inclusive por mim, pelo Sr. Ministro das Finanças e pelo Sr. Ministro da Economia e Coesão Territorial —, portanto, queremos embrulhar todo este processo para dotar as autarquias de melhores recursos financeiros. Acreditamos muito no municipalismo, acreditamos muito na qualidade dos nossos autarcas e das nossas autarquias, portanto, vamos trabalhar nessa matéria e com certeza que contaremos com o apoio de toda a Câmara para poder fazer esse trabalho de forma conjunta, contribuindo para reduzir as assimetrias do nosso território e para pôr o País a crescer, com base nas autarquias locais, nas juntas de freguesia e nas câmaras municipais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 110.º, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD. Faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este Orçamento do Estado é um Orçamento do Estado real, de verdade e com prioridades claras, bem definidas,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — … em contraste com os anteriores orçamentos, que pareciam listas de compras em que nada se concretizava e se traduziam num descrédito real da função governativa e da própria Assembleia.

Este é um Orçamento que, no artigo que estamos agora a apreciar, transfere para os Açores 150 milhões de euros, a que acrescem 75 milhões de euros noutro artigo.

Para já, é um primeiro e claro sinal do compromisso e do reconhecimento da importância da revisão de uma lei de finanças regionais que há mais de uma década está desatualizada e parada no tempo.

Em segundo lugar, esta transferência vai permitir, em concreto, libertar valor para outros investimentos, uma vez que ela se destina à execução dos fundos comunitários, em particular do PRR.

Este é um Orçamento e um Governo que, ao contrário de conversa, faz, mas terá sempre nos Deputados eleitos pelos Açores gente vigilante, gente que acompanha a execução, porque, ao contrário dos anteriores governos, que não eram da Aliança Democrática, não queremos palavras para fingir e enganar os açorianos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — com a conivência de alguns dos seus eleitos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Emanuel Câmara, sobre este mesmo artigo, faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — César, não respondes?!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os elementos da Mesa, os membros do Governo aqui presentes e todas as Sr.as e Srs. Deputados.

Depois de uma vivência autárquica na Região Autónoma da Madeira de 32 anos, 20 dos quais como vereador da oposição e os últimos 12 como Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz, agora como Deputado à Assembleia da República, sempre defendi que as regiões autónomas contribuem sobremaneira para a dimensão atlântica de Portugal, assumindo uma significativa importância do ponto de vista geoestratégico do nosso País, quer na Europa quer no mundo.

A descontinuidade territorial traz, contudo, constrangimentos que, à luz da Constituição da República Portuguesa, devem ser esbatidos ou atenuados através da implementação de medidas promotoras de coesão entre Portugal continental e as nossas duas regiões autónomas.

Importa, pois, que a Assembleia da República, como órgão de soberania que representa todos os cidadãos portugueses, atenda a diversos e importantes dossiês relativos às regiões autónomas, que têm vindo a arrastar-se ao longo de diversas legislaturas.

Às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, enquanto regiões ultraperiféricas, interessa que, de uma vez por todas, seja resolvida a situação das ligações aéreas e marítimas, daí ser importante estudar um modelo de subsídio social de mobilidade, em que seja suprimida a necessidade de adiantamento pelos passageiros residentes aquando da compra das respetivas viagens.

Aplausos do PS.

Adianto, desde já, que a solução não passa pela criação de plataformas. Importa facilitar, ao invés de dificultar e criarmos entraves. É urgente, igualmente, que seja dado especial cuidado e atenção às ligações aéreas regulares e frequentes de transporte de carga e de correio. É importante que se priorize a criação de uma linha marítima regular de transporte de passageiros e de carga através de navio *ferry*.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — A outro nível, é essencial que seja garantido o pagamento anual de rateios no setor agrícola regional, visando o reforço da sustentabilidade económica do setor em geral, em cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do POSEI (*Programme d'Options Spécifiques à l'Éloignement et l'Insularité*) e da PAC (Política Agrícola Comum).

Não menos importante foi a aprovação, ontem, da prorrogação da vigência do regime fiscal da Zona Franca da Madeira, até 2033. O alargamento do regime aplicável à Zona Franca constitui um instrumento fundamental de coesão e desenvolvimento económico regional, garantindo a igualdade e as condições de competitividade fiscal do espaço europeu. E lembro que esta é uma bandeira do PS Madeira que foi acolhida, e bem, pelo PS a nível nacional.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, há dois PS? Depois também há o PS Açores, o PS Angola…!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Importa olhar para as regiões autónomas com a visão de que estas acrescentam e se assumem como mais-valia para o nosso País. Decidir e agir em prol das regiões autónomas é decidir e agir em prol de Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora discutir um artigo 110.º-A, e tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho, do PSD.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, os grupos parlamentares do PSD e do CDS apresentaram uma proposta de aditamento que prevê a aplicação do mecanismo de recuperação do IVA às IPSS que realizam investimento no âmbito do PRR.

Sr.as e Srs. Deputados, aqui no continente todas as IPSS que realizam esse tipo de investimentos usam esse mecanismo, não suportando o IVA. Por isso é que esta proposta é boa para a Madeira, boa para os Açores e boa para as instituições particulares de solidariedade social que realizam investimentos no âmbito do PRR, nomeadamente, e por exemplo, a construção de lares, que neste momento estão a suportar esse IVA e amanhã deixarão de ter esse encargo, tendo mais tesouraria e, sobretudo, cumprindo os seus investimentos no âmbito do PRR.

Por isso, se este Orçamento já era bom para as regiões autónomas quando foi apresentado, está a ser cada vez melhor, à medida que propostas de aditamento vão sendo apresentadas. Nesta linha, quero que saibam que não é mais dinheiro para a Madeira nem é mais dinheiro para os Açores. É menos dinheiro para a Madeira, menos dinheiro para os Açores e menos dinheiro nos cofres do Estado, mas é, sobretudo, de elementar justiça e equidade tratar as IPSS do continente da mesma forma como devem ser tratadas as IPSS das regiões autónomas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A pergunta é: como é que o PSD vai votar?! O Chega vota a favor!

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 112.º, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César, do Partido Socialista.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, este Orçamento do Estado falha para com a Região Autónoma dos Açores, num conjunto vasto de matérias que, por inércia ou alheamento, nem o Governo regional nem os Deputados açorianos da maioria tiveram a coragem de reivindicar. Falha também porque o Governo da República prometeu, mas não cumpriu.

Foi por isso que o Partido Socialista apresentou propostas concretas, alinhadas com aquilo de que os açorianos realmente precisam. Não com o comodismo institucional de uns, nem com o silêncio cúmplice de outros.

Falo-vos, desde logo, da área da agricultura. Os agricultores açorianos continuam à espera do apoio extraordinário que o Primeiro-Ministro prometeu em campanha, igual ao concedido no continente, bem como os apoios complementares para evitar rateios.

Os senhores prometeram, não cumpriram e somos nós que trazemos uma proposta que deveria ter sido reivindicada pela própria região.

Aplausos do PS.

Falo-vos também da PSP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não falem da PSP!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Foi prometido um reforço do efetivo policial nos Açores. Prometeram, não cumpriram. Fomos nós que apresentámos uma proposta que o Governo regional não foi capaz de exigir.

No plano logístico, os Açores continuam com insuficiência de ligações aéreas de carga, atrasos e imprevisibilidade no transporte marítimo. A região não reclamou. Os Deputados da maioria não trouxeram uma única solução a não ser ir atrás do PS, e somos nós que voltamos a fazê-lo.

Queremos ainda que as candidaturas culturais à DGArtes (Direção-Geral das Artes) sejam majoradas em 30 %, que o Governo da República atue imediatamente, face à sobrelotação do estabelecimento prisional de São Miguel e que o flagelo das novas substâncias psicoativas seja finalmente estudado e enfrentado com seriedade e solidariedade.

Sr.as e Srs. Deputados, as propostas que apresentamos, entre as quais destaquei quatro, são prioridades para os Açores. O Orçamento do Estado deve encarar estes problemas com medidas claras, eficazes, justas e ajustadas à realidade dos Açores. São problemas que não desaparecem com o silêncio obediente de uns diante da autoridade de outros.

Os Açores merecem mais do Estado a que pertencem e podem sempre contar com o PS para os defender.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Quase verti uma lágrima!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Coitados dos Açores se estiverem à espera do PS!

O Sr. **Presidente**: — Sobre este mesmo artigo, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.as e Srs. Membros do Governo, o trabalho que estamos aqui a fazer é um trabalho certamente fastidioso, de discussão na especialidade do Orçamento, mas convém que tenha algum sentido, que sirva para alguma coisa, que não seja esvaziado a cada passo, porque é através do debate na especialidade que se sabe quem é que os partidos estão dispostos a ajudar e como.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É o minuto moralista!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Claro que as escolhas orçamentais são sempre difíceis, não há nunca dinheiro para tudo e é preciso tomar decisões. Mas, olhando para aquilo que é o percurso e o currículo de cada partido, saberemos.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Deputado Hugo Carneiro, já que protesta, de quem é que os partidos gostam, no fundo? Porque é tão simples quanto isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É do príncipe João!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vejamos o que são as primeiras vitórias e sucessos do Livre em processos orçamentais como este: subsídio de desemprego para as vítimas de violência doméstica; criação do Programa 3C – Casa, Conforto e Clima, para ajudar as pessoas que passam frio, como, por estes dias, nas suas casas em Portugal, e são milhares delas; Passe Ferroviário Nacional, de que o seu partido gosta tanto, que até decidiram sequestrá-lo e mudar-lhe o nome, e muito bem, para Passe Ferroviário Verde.

Só aqui, e eu poderia continuar, encontramos as categorias das pessoas a quem o Livre dá prioridade: vítimas de violência doméstica, as pessoas que precisam de apanhar o comboio para ir trabalhar, as pessoas que

passam frio nas suas casas. Poderia continuar: as famílias monoparentais que tiveram direito a uma majoração do abono de família, graças ao Livre;…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Graças ao Livre?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … os trabalhadores a recibos verdes e trabalhadores independentes que conseguiram escapar, ao menos durante uns anos, do inferno do IVA trimestral, graças ao Livre — e vocês depois interromperam isso.

Protestos de Deputados do CH.

Ora, o PS e o CDS podem queixar-se de tudo em relação às questões orçamentais, menos de uma coisa: é que, quando vos entregaram as chaves do carro, o tanque estava cheio. E agora vocês vêm aqui e dizem: «Ah não, afinal agora está na reserva. Tenham cuidado, não gastem muito!» — depois de terem ajudado os mais beneficiados em termos de rendimentos com as vossas medidas do IRS, depois de irem beneficiar as maiores empresas com os maiores lucros com a diminuição do IRC.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aí se vê onde é que estão as prioridades. Ou seja, pegaram o carro com o tanque cheio, não sei exatamente para onde é que andaram com ele — se foram ajudar o dono do casino, se lhe deram boleia, ou a quem quer que seja — e depois, de manhã, dizem: Cuidado, está na reserva, não dá para levar os miúdos à escola!»

Vozes do CH: — Ih…!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora bem, agora vamos ficar a saber, em relação a algo de que se fala muito nesta Casa — que é ajudar o interior, ajudar a termos um país mais coeso e mais equilibrado —, verdadeiramente quem é que quer ajudar ou onde é que há apenas conversa fiada. É que, daqui a uns meses, quando estivermos a falar de incêndios, vamos falar de um país desequilibrado;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estavas de férias na Croácia quando estava a arder!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … daqui a uns meses, quando as pessoas estiverem a regressar às grandes cidades depois de terem ido à terra durante as férias e terem pensado que poderiam muito bem lá estar e ajudar a desenvolver o interior se tivessem aquele pequeno diferencial que faz com que, por exemplo, uma exploração agrícola pequena ou média não esteja abaixo da linha-d'água, vamos saber quem é que votou contra ou a favor de uma medida como a criação de um rendimento de coesão de 60 milhões de euros.

Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.

Ou seja, está dentro.

Ontem o Deputado Hugo Carneiro dizia: «Cuidado com o IVA da alimentação animal, porque é 90 milhões, não podemos ir a tanto», depois de termos distribuído à tripa-forra, por toda a gente que queremos ajudar, que são basicamente aqueles que são parecidos convosco.

Mas isto são 60 milhões, nem chega lá, para ajudar 10 000 pessoas a desenvolver o interior do País, na criação de um projeto-piloto que o próprio Governo pode dinamizar e especificar como entender.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh, mais um projeto?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vamos então perceber quem é que quer mesmo ajudar o País a ser mais equilibrado. Quem é que quer mesmo mais coesão? Quem é que quer mesmo ajudar os territórios de baixa densidade? É que, caso não votem a favor desta medida, cá estaremos nós para vos lembrar, em cada debate sobre os incêndios, o interior, o despovoamento, as aldeias, os distritos do interior, Sr. Deputado Hugo Carneiro, onde é que está, afinal, quem é que gosta mesmo destas pessoas e as quer ajudar, ou onde é que está quem só gosta de conversa fiada.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, para este mesmo artigo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, ouvi a intervenção do Sr. Deputado Rui Tavares e, enfim, estava deliciado a ouvir as coerências e as incoerências do Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sempre ao seu serviço!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então, o Sr. Deputado faz uma primeira afirmação com a qual tendo a concordar. Sabemos que fazer um Orçamento é fazer escolhas e, portanto, temos de fazer essas escolhas. Foram mais ou menos estas as palavras que disse, ou pelo menos a ideia que transmitiu.

Ontem tive aqui a oportunidade de recordar o Livre que as suas propostas, e não quantificámos todas, iam em 9300 milhões de euros — só as propostas do Livre.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade. É um dos problemas do Livre, é não saber fazer contas!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Para onde é que este País seria levado se todas as ideias magníficas do Livre fossem aprovadas?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Seria um paraíso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ia na bancarrota!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Este era o primeiro ponto, Sr. Deputado.

O segundo ponto que gostava de elencar é o seguinte: é que, por muito que custe ao Sr. Deputado, este Governo da AD já baixou mais de 3500 milhões de euros de impostos, principalmente no IRS, em cerca de um ano e oito meses. Aumentámos o complemento solidário para idosos, regularizámos os graves problemas que existiam, com a valorização de 19 carreiras da Administração Pública. É para estes portugueses todos, dos mais novos aos mais idosos, os trabalhadores do setor privado mas também os trabalhadores do setor público, que nós olhamos, Sr. Deputado.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — São muito abrangentes!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Deixe-me dizer também o seguinte, porque falou do passe ferroviário: foi o Governo da AD que implementou o passe ferroviário tal qual o modelo que está em vigor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não há comboios!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Foi o Governo do PS, mesmo, que o criou!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não foi o Livre. O Livre não tem essa prorrogativa, por muito que lhe custe.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Carneiro, fico muito contente por ter vindo a jogo. Só tenho pena que tenha falhado por 8940 milhões,…

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — O global!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não, o global, o total! No geral!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … porque a medida de que estamos aqui a falar, e até a Mesa poderia ter chamado a atenção para que se mantivesse no tópico da discussão, é de 60 milhões. Afinal, tanta conversa sobre 9 mil milhões que são puramente fantasmáticos, porque o PSD inventa, indo só à despesa, mas não vendo na receita — ao contrário do PSD, o Livre tem o cuidado de haver certa receita que não se desperdiça, e não se desperdiça com os mais beneficiados. O que quero saber é se o Sr. Deputado Hugo Carneiro… Não é 9 mil milhões, é 60 milhões. É 8940 vezes…

Vozes do CH: — Eh lá!

Risos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parecia o Guterres!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Parecia o Guterres com o PIB.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É 8940 milhões a menos, se está disposto, com esses 60 milhões, a ajudar 10 000 pessoas a povoar, a desenvolver o interior do País. Diga-nos qualquer coisa que não seja só conversa fiada, Sr. Deputado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, deixe-me dizer-lhe que, quando referi 9300 milhões, era das várias propostas do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Tem aí as contas mal feitas!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas já percebi que o Sr. Deputado tem um problema com os números e com as contas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não, não!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Também disse na sua intervenção o seguinte, e que há pouco não foquei: que tínhamos encontrado os cofres cheios, esta ideia mirabolante que o próprio Partido Socialista também gosta de espalhar. Gostava de recordar ao Sr. Deputado que, quando temos saldos orçamentais positivos, eles abatem à dívida, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vocês estão em défice!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Nós não temos um saco azul no Governo ou no Parlamento que vamos gastando à medida que dá jeito. Não existe!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E quem pagou a dívida? Foi o PS?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Cada ano é um ano novo, em que temos de executar a despesa e de arrecadar a receita para pagar essa despesa, a não ser que fiquemos a dever, que era aquilo que o Sr. Deputado gostaria de fazer, mas é aquilo que os portugueses não querem porque já tiveram essa má experiência nos tempos do Governo do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isso é conversa fiada!

Entretanto assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao artigo 112.º-A e tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a prova de que a direita não faz ideia…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Antes Carneiro do que Pinto! Com todo o respeito pelos Pintos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não tens é altura para ser Pinto!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Os Srs. Deputados estejam à vontade nos apartes, porque os serviços param o tempo para que os Srs. Deputados que estão a fazer a intervenção não sejam prejudicados. Portanto, Sr.ª Deputada, quando quiser, pode continuar a falar, que o tempo depois começará a contar.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente. A prova de que a direita não sabe, nem faz ideia, de como é que se aumentam salários,…

Risos do PSD e da IL.

… nem como se desce o preço das casas, é que vai sempre lá por *proxy*. Como não sabe aumentar salários, nem como descer o preço das casas, vai pela medida mais próxima que possa utilizar, que é descer o IRS. Então, desce o IRS sobre os salários e o IRS sobre as rendas, mas não afeta os salários nem as rendas, é só o imposto sobre salários e o imposto sobre rendas.

O resultado desta política por *proxy*…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — *Proxy*?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … é que quem já podia pagar a renda, quem já tinha um alto salário, fica com um salário mais alto…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Jesus! O que é isto?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … e pode pagar rendas maiores, mas quem não podia pagar a renda continua a não poder pagar a renda, porque o IRS até pode ser zero sobre os salários, que, com as atuais rendas, não vai ser possível pagar a renda, e o imposto sobre as rendas até pode ser zero, como já foi com benefícios fiscais para ter contratos de longo prazo, e os contratos não vão ser de longo prazo.

Por isso, se o *proxy* não funciona, talvez seja a hora de aumentar os salários e baixar as rendas. O Bloco traz duas propostas para isso mesmo: tetos às rendas, como existe na Holanda — esse país tão socialista, comunista, governado por perigosos papões…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Países Baixos!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — A Holanda, os Países Baixos, como preferirem, não se preocupem, Srs. Deputados.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não funciona!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi um desastre!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Tetos às rendas como existem nos Países Baixos para que toda a gente possa aceder a uma casa e aumentar o salário mínimo como uma medida para aumentar os salários em Portugal. Não é a única, mas é um bom passo nessa direção.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda em relação ao mesmo artigo, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, vejo-me na obrigação de intervir neste ponto na sequência da intervenção do Sr. Deputado Francisco César,…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Ah!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — … que, lamentável e convenientemente, já não está na Sala,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pirou-se!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi almoçar!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — … mas é importante trazermos a verdade e o rigor ao nosso debate.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Pois, deveria tê-lo avisado de que iria falar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quando o Partido Socialista se vangloria de dizer que já apresentou a proposta do cabo inter-ilhas, neste Orçamento, recordo ao Partido Socialista que os Deputados eleitos pelos Açores, em particular o Deputado Francisco César e o Deputado Sérgio Ávila, sempre defenderam publicamente, na anterior Legislatura, do Governo do Partido Socialista, que deveria ser o governo regional a assumir este custo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É absolutamente hipócrita, é uma falta de vergonha política vir agora dizer que deve ser o Governo da República, coisa que o Governo da Aliança Democrática já assumiu e fez.

Em relação à cabotagem inter-ilhas, é lamentável a intervenção do Sr. Deputado Francisco César — entretanto, regressou à Sala, bem-vindo.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Que feio! Falta de nível!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Esta questão da cabotagem é lamentável, porque o Sr. Deputado votou contra a proposta do PSD para resolver esse problema. Votou contra, em sede de Comissão, uma proposta de lei e, agora, mais não faz do que copiar, para apresentar e fazer parangonas de jornais.

Sr. Deputado, os açorianos não são tolos, os açorianos são sábios e sabem interpretar o seu permanente oportunismo político, aqui, na República, e também nos Açores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, lamentavelmente, pela segunda vez, o Sr. Deputado Paulo Moniz aproveitou uma ausência minha, momentânea, da Sala…

Risos do PSD.

… para me dirigir um conjunto de acusações.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Falta de ética!

O Sr. **Francisco César** (PS): — A pergunta que lhe faço é onde é que estava o Sr. Deputado quando este Governo se recusou a transferir 10 milhões de euros para a segurança social dos Açores,…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado! Bem lembrado!

O Sr. **Francisco César** (PS): — … o que irá fazer com que as IPSS dos Açores, pela primeira vez na história, não paguem o subsídio de Natal.

O que ouço do Sr. Deputado não é reivindicação, não é fiscalização. O que ouço do Sr. Deputado é bajulação ao Governo da República,…

Aplausos do PS.

… pondo os açorianos em segundo plano face à subserviência que tem em relação à República.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Hugo Carneiro pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha agora!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Francisco César disse que o Sr. Deputado Paulo Moniz tinha aproveitado a sua ausência para fazer uma interpelação.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — É verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Gostava que a Mesa pudesse confirmar que, de facto, o Sr. Deputado já tinha sido inscrito. Se depois desse momento o Sr. Deputado decidiu ausentar-se, não temos culpa. Mas o Sr. Deputado, na sequência imediata da intervenção, inscreveu-se e, portanto, não controlamos as entradas e saídas dos Srs. Deputados. Mas há uma coisa…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado. Já está feito o ponto?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, só para deixar claro, também, Sr. Presidente, que esta bancada é correta com os seus pares, sejam eles da própria bancada ou da oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, as inscrições são normais, as ausências momentâneas são normais,…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Claro!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — … o uso das ausências momentâneas é normal…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — E a resposta também!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — … e, portanto, vamos continuar com os nossos trabalhos parlamentares e, certamente, neste debate, e em outros debates, teremos momentos bastante similares a este.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Francisco, podes ir almoçar!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos, então, continuando, ainda, no artigo 112.º-A, para uma intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Lima.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, em 2022, o Governo do Partido Socialista criou um conjunto de mecanismos para ajudar as famílias a mitigar os efeitos do aumento das taxas de juro.

Entre essas medidas, uma delas foi a suspensão temporária da cobrança de comissões por reembolso antecipado. Dito de uma forma mais simples, as famílias e as pessoas que tinham crédito à habitação e que podiam amortizar esse crédito deixaram de pagar as comissões ao banco. Ora, esta medida, criada pelo Partido Socialista, termina em dezembro de 2025. Até hoje, ainda não ouvimos o Governo falar sobre a prorrogação da mesma.

Por isso, o Partido Socialista antecipa-se e apresenta aqui uma proposta para que esta medida em causa seja prorrogada de forma permanente. Aliás, a proposta concreta do Partido Socialista é a de que se isente de comissões, a título permanente, as operações de reembolso antecipado dos contratos de crédito à habitação em regime de taxa variável.

Ora, isso é justo para as famílias, é importante para as famílias e não fica caro ao Orçamento do Estado, porque não sai um cêntimo do Orçamento do Estado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Sai da banca, que precisa, também, de cortar nas comissões às famílias e aos contribuintes.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Neste momento, ficam os desejos da Mesa aos membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública de que tenham uma excelente tarde e noite em votações.

Regressamos na segunda-feira, com a seguinte ordem do dia: no primeiro ponto, discussão de artigos remetidos a Plenário e normas avocadas; no segundo ponto, avocações, e, no terceiro ponto, continuação do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026.

Bom fim de semana a todos.

Eram 13 horas e 7 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.